

ODS

**NO RIO DE JANEIRO
METROPOLITANO E NO BRASIL**

*Experiências de territorialização e monitoramento
dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*



EXPEDIENTE

PUBLICADO POR

Casa Fluminense

EM COLABORAÇÃO COM

Deutsche Gesellschaft für
Internationale Zusammenarbeit (GIZ)

Sustainable Development Solutions
Network (SDSN-Brasil)



Casa Fluminense

Rio de Janeiro, Brasil
Rua do Russel, 76
22210-010 Rio de Janeiro, Brasil
Tel. +55 (21) 3253-3709
casa@casafluminense.org.br
www.casafluminense.org.br



Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)

Bonn e Eschborn, Alemanha

Sector Project "Sustainable Development
of Metropolitan Regions"
Dag-Hammarskjöld-Weg 1-5
65760 Eschborn, Alemanha
Tel. +49 (0) 6196 79 - 0
metropolregionen@giz.de
www.giz.de



Sustainable Development Solutions Network – Brasil

Conservação Internacional – Brasil
Av. Rio Branco, 131, 8º andar - Centro
20040-006 - Rio de Janeiro - Brasil
Tel: + 55 (21) 2173-6360
www.sdsnbrasil.org.br

AUTOR

Igor Pantoja

REVISÃO TÉCNICA

Vitor Mihessen
Emily Hosek

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Holger Kuhle
Verena Maier
Emily Hosek

EDIÇÃO

Igor Pantoja

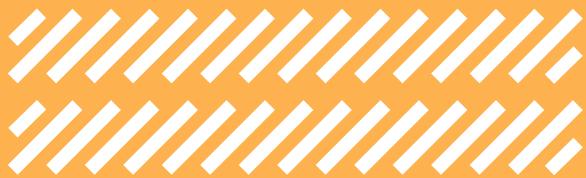
DESIGN E DIAGRAMAÇÃO

Arthures Garcia
Nibia Cardoso

Abril de 2017

As análises, resultados e recomendações neste documento representam a opinião do autor, e não são necessariamente representativos da posição da Casa Fluminense, GIZ ou SDSN.

Agradeço imensamente a colaboração de Vitor Mihessen e Emily Hosek, assim como dos inúmeros parceiros mencionados e/ou consultados ao longo desta publicação: Vicente Loureiro e Carmen Lucia Petraglia (Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro), Paula Azem e Cid Blanco (Consórcio Quanta/Lerner), Rovena Negreiros (Fundação SEADE), Nathalie Choumar e Ana Paula Fava (Governo do Estado de São Paulo), Bárbara Marguti (IPEA), Luan Santos (CEBDS), Zuleica Goulart (Nossa São Paulo), Ana Nassar e Bernardo Serra (ITDP), Maria Inês Nahas (FIOCRUZ), Roxanne Le Failler (ONU-HABITAT), Yara Valverde e Rodrigo Medeiros (Conservação Internacional), Gilberto Vieira e Clara Sacco (DATALABE), Pablo Cerdeira (FGV), Ana Paula Gomes (Fundação João Pinheiro), Francisco Maciel (CIOESTE), Flavia Mourão (Agência RMBH), Rodrigo Perpétuo e Hugo França (Governo do Estado de Minas Gerais), Andrea Pulici (IPP).



SUMÁRIO

4	SUMÁRIO EXECUTIVO	
6	ESCOPO, PROPÓSITO E ESTRUTURA	
7	CAPÍTULO 1 IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM UM MUNDO URBANIZADO	
8	1.1 Visão Geral dos ODS e sua dimensão urbana	
10	1.2 Papel das cidades e Regiões Metropolitanas na implementação dos ODS	
13	1.3 Cooperação Metropolitana como forma de superar a divisão urbano-rural e alcançar o desenvolvimento urbano sustentável coerente	
21	<i>Estudo de Caso</i>	
25	CAPÍTULO 2 CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL DOS ODS	
26	2.1 Contexto e Anetecedentes	
26	2.1.1 Contexto Nacional dos Indicadores ODS	
27	2.1.2 Lições aprendidas com os ODM no Brasil	
30	2.2 Processo de localização dos ODS	
32	2.2.1 Alguns passos para implementação dos ODS em Regiões Metropolitanas	
39	<i>Estudo de Caso</i>	
42	CAPÍTULO 3 UM MUNDO QUE CONTA: ABORDAGENS DE MENSURAÇÃO	
43	3.1 Coleta de dados	
53	3.2 Dados de percepção	
56	3.3 Opções de monitoramento	
59	<i>Estudo de Caso</i>	
60	CAPÍTULO 4 DOS DADOS À AÇÃO: COMO OS DADOS PODEM AJUDAR A PROMOVER A COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL RUMO A CIDADES INCLUSIVAS, SEGURAS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS?	
62	4.1 Integração dos dados e informação para uma metrópole integrada	
64	<i>Estudo de Caso</i>	
71	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	
74	LISTA DE CASOS ANALISADOS	

SUMÁRIO EXECUTIVO

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram aprovados pela Assembleia-Geral das Nações Unidas no ano de 2015, após discussões iniciadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, realizada em 2012, no Rio de Janeiro, Brasil. Os ODS estabelecem, em seus 17 objetivos, um conjunto de 169 metas a serem perseguidas pelos mais de 190 países-membro da ONU até o ano de 2030. A chamada Agenda 2030 é ousada, e busca dar continuidade, ao mesmo tempo em que complexifica e amplia, a agenda de desenvolvimento iniciada com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tinham como prazo o ano de 2015 para cumprimento das metas.

Os ODS são um desdobramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que definiram metas e indicadores para um conjunto de 8 objetivos globais a serem alcançados entre os anos de 2000 e 2015. Os ODS, no entanto, avançam em relação aos ODM por conta de sua maior transversalidade, e no que diz respeito ao tema urbano – objeto maior desta publicação - o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) é um bom exemplo do rompimento com o caráter setorial, já que ele reúne discussões sobre os temas da mobilidade, segurança urbana, resiliência, patrimônio cultural, planejamento e relações urbano-rurais sob o recorte das cidades.

Este documento visa contribuir com o processo de localização do ODS 11 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e para isso recorre a exemplos de ações que vêm ocorrendo em diversos locais no Brasil, seja na esfera local, estadual ou no âmbito das políticas nacionais. Tais ações vêm sendo



promovidas por agentes estatais, da sociedade civil e do mercado. Desta forma os ODS se apresentam como um framework que direciona diferentes esforços em prol do desenvolvimento sustentável, consolidando metas e indicadores comuns aos públicos interessados.

A publicação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro faz uma apresentação sobre o que significam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a especifi-

cidade da dimensão urbana, o capítulo seguinte é sobre como vêm sendo iniciados processos de localização/contextualização dos ODS da escala global ao nível local, um terceiro sobre metodologias de coleta de dados e utilização de bases de dados para o monitoramento dos ODS e, um capítulo final apontando como os ODS podem servir como instrumento de cooperação metropolitana, bem como quais as conquistas e desafios enfrentados no Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sobre o tema.

ESCOPO, PROPÓSITO E ESTRUTURA

Este **“Guia de Localização do ODS 11 em regiões metropolitanas brasileiras – o caso do Rio de Janeiro”** apresenta um panorama de ações que vêm sendo desenvolvidas em diferentes regiões metropolitanas brasileiras em torno dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e mais especificamente com relação ao ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), tendo como ponto de partida a região metropolitana do Rio de Janeiro. Amplia-se, assim, o olhar sobre a questão urbana para além do território municipal, buscando compreender os desafios específicos das áreas metropolitanas, que reúnem municípios com diferentes características.

Neste sentido, o Brasil vem se tornando um local de atenção por conta das recentes legislações federais que regulamentam os processos de planejamento e governança metropolitanas. Isso porque o país possui 17 grandes cidades com mais de 1 milhão de habitantes, e um índice de urbanização de cerca de 85%. Assim, em continuidade às recentes publicações da GIZ sobre os ODS¹ e sobre a questão urbana e o desenvolvimento sustentável, a Casa Fluminense, em parceria com a SDSN e a GIZ, por meio do projeto Solutions Initiative, apresenta este Guia como insumo a agentes do poder público, do setor privado e da sociedade civil como parte dos esforços para difusão e aprofundamento das discussões e da implementação da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável.

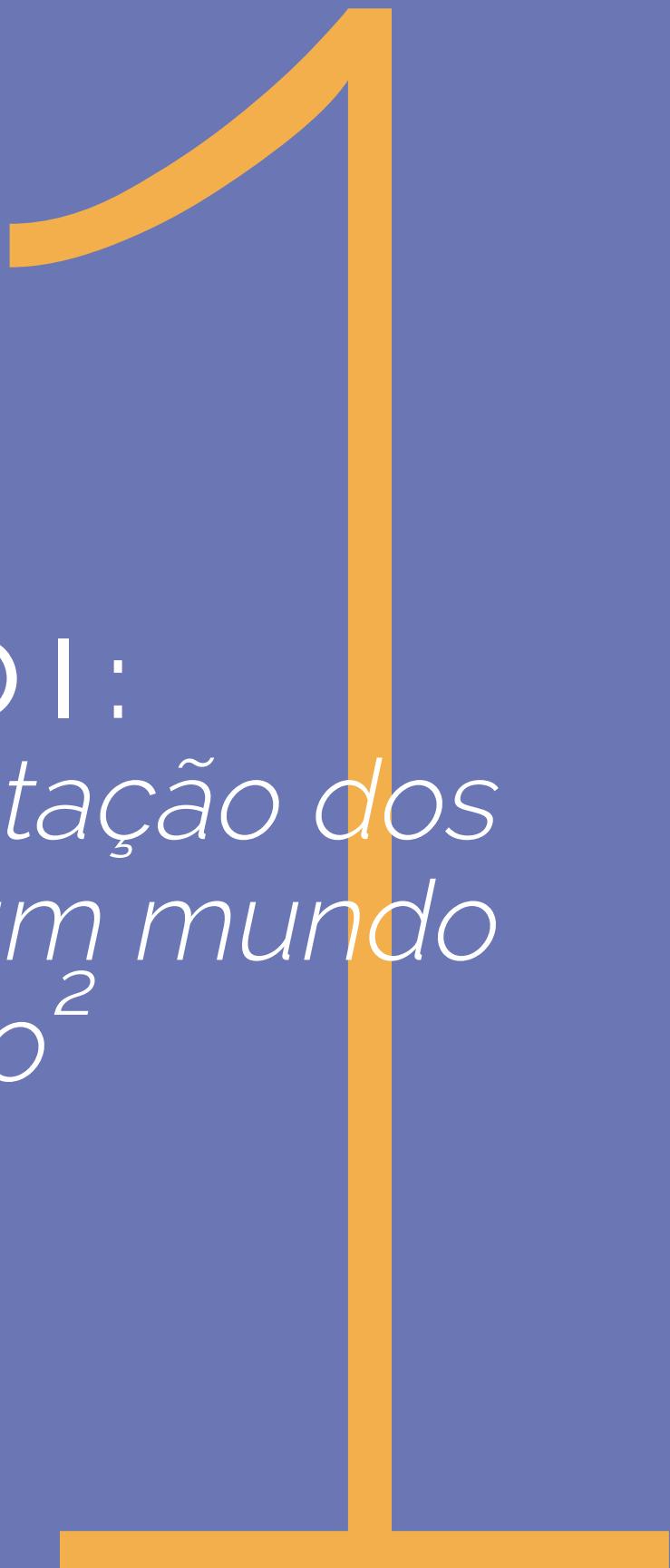
A perspectiva do monitoramento aqui privilegiada vem sendo reforçada por diversas organizações da sociedade civil no Brasil. Exemplos de controle social de políti-

cas públicas passam necessariamente por esta questão, e o atual momento de definição dos indicadores nacionais de acompanhamento dos ODS é fundamental para o enraizamento desta Agenda nos diferentes setores da sociedade brasileira. Desta forma o Guia apresenta o ODS 11 e sua dimensão urbana, reforça a importância das ações locais para difusão da temática e concretização dos Objetivos, destaca a centralidade dos dados para este processo de monitoramento da implementação dos ODS e, finalmente, promove uma reflexão sobre os desafios atuais e os avanços da Agenda 2030 no Brasil, com especial atenção ao ODS 11 nas regiões metropolitanas.

O objetivo é que este seja um guia prático de apoio ao processo de implementação da ambiciosa Agenda 2030, que se inicia no mundo todo. Serão identificadas oportunidades e desafios locais à implementação e monitoramento da nova agenda para o desenvolvimento sustentável em regiões metropolitanas brasileiras. Neste sentido, o atual momento de crise econômico-política nacional deve servir como elemento catalisador de ações da sociedade civil e estimular fontes/formas alternativas de financiamento e, mesmo, de coleta de dados para o monitoramento.

Apesar do processo estar se iniciando no país, espera-se que este Guia possa ser utilizado em outras metrópoles latino-americanas e em outras partes do mundo, que também se defrontam com desafios relacionados ao planejamento metropolitano e ao desenvolvimento sustentável.

1 <http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2015/12/151211-getting-started-guide-FINAL-PDF-.pdf>



CAPÍTULO I :

Implementação dos ODS em um mundo urbanizado²



2 Este documento está alinhado às discussões realizadas em publicações da SDSN e GIZ, como o SDSN National Guide (<https://sdg.guide/>) ou o Getting Started With the SDG's in Cities (<https://sdgcities.guide/>), no entanto quaisquer opiniões aqui expressas são responsabilidade do autor.

1.1 VISÃO GERAL DOS ODS E SUA DIMENSÃO URBANA

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram aprovados pela Assembleia-Geral das Nações Unidas no ano de 2015, após discussões iniciadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, realizada em 2012 no Rio de Janeiro, Brasil. Os ODS estabelecem, em seus 17 objetivos, um conjunto de 169 metas a serem perseguidas pelos mais de 190 países-membro da ONU até o ano de 2030. A chamada Agenda 2030 é ousada, e busca dar continuidade, ao mesmo tempo em que com-

plexifica e amplia, a diretrizes estabelecidas a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que tinham como prazo o ano de 2015 para cumprimento das metas. Até o ano de 2030 os ODS pautam os desafios do desenvolvimento a partir de dimensões como a erradicação da extrema pobreza, redução das desigualdades globais e das mudanças climáticas, promoção da urbanização sustentável, proteção de ecossistemas ameaçados, fortalecimento da paz e promoção da inclusão social e da participação social.

OBJETIVO 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

- 11.1** Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
- 11.2** Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
- 11.3** Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países
- 11.4** Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
- 11.5** Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
- 11.6** Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
- 11.7** Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
- 11.a** Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
- 11.b** Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis
- 11.c** Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

Os ODS são inovadores por seu caráter transversal, buscando romper com a lógica setorial que ainda domina as ações de planejamento e de políticas públicas ao redor do mundo. Seus pilares são ações econômicas, sociais e ambientais que se apresentam de maneira “integrada e indivisível”. O desafio da implementação integral dos 17 ODS foi assumido por todos os países, e apesar da desigualdade de condições e das especificidades de cada contexto nacional e regional, o lema adotado pelo então Secretário-Geral, Ban Ki-Moon é de que “ninguém fica para trás”. Todos os esforços devem ser feitos para que os ODS sejam adaptados às diferentes realidades dos países, uma meta desafiadora, em um mundo com níveis de urbanização sem precedentes e que ultrapassa os 7 bilhões de habitantes.

Os desafios urbanos passam a ser os desafios globais – assim como suas potencialidades, pois cerca de 54% da população mundial vivem em cidades, que ocupam apenas 3% da superfície do planeta. A questão urbana se tornou central a partir do século XX, estando contemporaneamente relacionada a temas aparentemente dispares como juventude, habitação, cultura, pobreza, educação e alimentação.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se apresentam como compro-

missos para um futuro que é cada vez mais urbano. Assim, o tema das cidades não se restringe ao ODS 11, mas é transversal a vários outros ODS, se não todos. Apesar da concentração das desigualdades, o desenvolvimento urbano sustentável pode ser visto como a possibilidade de reinvenção da relação humana com a natureza, mediada pelo trabalho e pela tecnologia. Por isso, o processo de implementação dos ODS adquire especial atenção do nível local de gestão pública, uma vez que é nas cidades que encontra-se a maior parte da população, onde se concentram as demandas e destacam-se as desigualdades sociais. Em um contexto sem precedentes de mudanças políticas como o que o Brasil tem vivenciando, torna-se imperativo que os municípios e regiões metropolitanas protagonizem o processo de localização dos ODS, em ação intersetorial. A Agenda 2030 deve ser tomada como inspiração para o estabelecimento de patamares mínimos de desempenho no acesso a serviços públicos e de desenvolvimento. Por isto a potencial “comparabilidade” que geralmente a esfera nacional espera estabelecer entre todos os municípios (e para isso busca definir metodologias de mensuração etc), são importantes, mas não podem ser um freio para as ações locais de mobilização e ação na Agenda 2030.

1.2 PAPEL DAS CIDADES E REGIÕES METROPOLITANAS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

Vivemos em um mundo que se urbaniza a uma velocidade sem precedentes na história. A utilização dos recursos naturais sem compromisso com as gerações futuras tem levado a estresses climáticos, como a elevação da temperatura média da superfície do planeta e a crises de abastecimento de água, como aquela vivida pelo Brasil no ano de 2014. Desta forma, para a promoção do desenvolvimento sustentável do planeta, é fundamental a adoção de comportamentos de consumo mais conscientes, a partir da atenção aos processos de obtenção de matérias-primas e de utilização de fontes energéticas demandados pelo modo de vida urbano capitalista. Uma alternativa a isto seria o estabelecimento de relações mais virtuosas entre o mundo rural e as urbanidades, tanto para manutenção das condições de vida daqueles que exercem ali seu modo de existência quanto pela garantia da produção de ali-

mentos, que muitas vezes se vê ameaçada pela expansão da urbanização no campo.

A Nova Agenda Urbana das Nações Unidas aponta a construção de infraestruturas sustentáveis, a mobilidade urbana, a energia e a resiliência como pontos fundamentais para transformação das cidades em espaços mais sustentáveis, a partir do estímulo à cultura do compartilhamento (exemplo do aplicativo Uber), em oposição ao modelo acumulador, e da utilização (e reutilização) de materiais com menor pegada ecológica, por exemplo, na construção das infraestrutura urbanas. Em paralelo a isso, mudanças na concepção de planejamento modernista, passando a uma noção de planejamento mais ativa, por parte dos cidadãos, e de engajamento dos diversos públicos das cidades, busca construir uma visão mais integrada, inclusiva e politizada – menos restrita à lógica do zoneamento de caráter técnico.

CIDADE PLANEJADA

Marcha universal ao desenvolvimento; homogeneidade, pouco respeito à diversidade regional, por exemplo; benefícios urbanos concentrados em pequenos grupos ou elites; focado no desenho de infraestruturas urbanas enquanto o mercado regula outras áreas importantes; geralmente traz visão top-down;

CIDADE QUE PLANEJA

Conjuga as visões (de futuro) de residentes, trabalhadores, investidores e lideranças; busca pela integração entre uso do solo, emprego, transporte, educação, cultura e recursos naturais; processo comunicativo; atenção ao contexto nacional e cultural; preocupação com a equidade e a qualidade ambiental

A fim de dar conta de alguns dos desafios de desenvolvimento mais prementes das cidades contemporâneas, é necessário ir além dos limites municipais. Isto é especialmente evidente quando o que se pretende é que as metrópoles sejam mais resilientes, com fontes de água e saneamento ambiental adequados, e que promovam melhorias na infraestrutura de transporte, possibilitando a redução dos níveis crescentes de desigualdade social - exacerbados pela segregação socioespacial nas grandes cidades.

Ainda que relatórios recentes mostrem que 65% das metas dos ODS vão exigir

o envolvimento substantivo de agentes no nível municipal³, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não serão alcançados sem a coordenação metropolitana e a cooperação intermunicipal. Portanto, é fundamental que a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável seja feita de forma que catalise a cooperação metropolitana e os esforços conjuntos entre governos locais. Um relatório recente da United Cities and Local Governments (CGLU) enfatiza a necessidade de cooperação entre municípios para atingir os ODS, afirmando que a

“

cooperação intermunicipal, incluindo a cooperação transfronteiriça, se for o caso, deve ser usada por governos locais para garantir em conjunto as suas necessidades, definir as suas prioridades nos ODS e desenvolver programas e planos no nível territorial. Os governos locais e regionais devem trabalhar juntos para garantir uma abordagem mais integrada e eficiente para o desenvolvimento territorial através da cooperação na prestação de serviços, infra-estruturas e, quando possível, por meio da partilha de recursos e capacidades.⁴

Além disso, em um relatório publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sobre os avanços e desafios nacionais sobre a Nova Agenda Urbana⁵, o tema da governança metropolitana foi enfatizado. O relatório incluiu destaque à necessidade de promoção de reformas que possam redistribuir o aces-

so a equipamentos e serviços públicos e implementar as funções públicas de interesse comum nas regiões metropolitanas (transporte, uso do solo, saneamento e resiliência, no caso da RMRJ), ao mesmo tempo em que fortalece os mecanismos de controle social e transparência das ações políticas⁶.

3 MISSELWITZ, Philipp; MUÑOZ, María Rosa; VILLANUEVA, Jesús Salcedo; and WALTER, Anna Marie. "The Urban Dimension of the SDGs: Implications for the New Urban Agenda." Cooperação entre GIZ, UC, e UT Berlim. Junho de 2016.

4 "Roadmap for Localizing the SDGs: Implementation and Monitoring at Subnational Level." United Cities and Local Governments: Global Taskforce of Local and Regional Governments. 2016.

5 Relatório Brasileiro para o Habitat III, disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27266

6 "Relatório Brasileiro para a Habitat III: Conclusão." Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2016.

Mais de 50% da população do Brasil vive em 71 regiões metropolitanas do país⁷. A nova legislação nacional sobre o tema, incluindo uma recente decisão do Supremo Tribunal Federal, que obriga os governos estaduais a criarem um colegiado de gestão e governança metropolitanas para coordenar *funções públicas de interesse comum*, tem estimulado um forte movimento para o planejamento na escala metropolitana.² O Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015), que entrou em vigor em 2015, reitera esse foco renovado e a importância do planejamento metropolitano no Brasil, reconhecendo o papel crítico que estes aglomerados desempenham na busca por um desenvolvimento mais sustentável e uma melhor qualidade de vida para os cidadãos. Todas as regiões metropolitanas do Brasil são agora obrigadas a desenvolver Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados (PDUI) na escala metropolitana, e a criar entidades que coordenem estas funções públicas de interesse comum, como transporte,

uso do solo, saneamento e resiliência. Este processo deve ser feito com a participação dos municípios participantes das RM's e da sociedade civil.

Os compromissos assumidos pelos governos durante a Assembleia-Geral da ONU não podem, no entanto, se restringir ao âmbito estatal, e os papéis da sociedade civil, das empresas e demais segmentos interessados deve ser ativo, atuando na mobilização e no monitoramento do cumprimento das metas pelos Estados. Estes segmentos não-estatais foram agentes fundamentais no Brasil durante a vigência dos Objetivos do Milênio, por exemplo, onde campanhas, observatórios de monitoramento e prêmios foram criados de maneira independente de governos - mas ao mesmo tempo em diálogo com estes. Esta ação multissetorial conseguiu resultados importantes no país, que levaram à superação de diversas metas estabelecidas pelos ODM, principalmente no combate à fome e à mortalidade materno-infantil.

7 Modelar a Metrópole, "RMRJ." 2016 <http://www.modelarametropole.com.br/rmrj/#rmrj-camara>

1.3 COOPERAÇÃO METROPOLITANA COMO FORMA DE SUPERAR A DIVISÃO URBANO-RURAL E ALCANÇAR O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL COERENTE

Diversas das questões tratadas pelos ODS são desafios que vão além das capacidades de gestão dos municípios, mesmo naquele ODS específico das cidades, o ODS 11. Temas como mobilidade, resiliência, patrimônio natural, áreas periurbanas e planejamento integrado somente podem ser equacionados quando tratados de uma perspectiva mais ampla, que abarque o conjunto da **cidade-metrópole**.

Apesar do Brasil possuir **mais de 70 regiões metropolitanas instituídas**, destas, apenas 12 são consideradas metrópoles, de acordo com a pesquisa Região de Influência das Cidades (REGIC-2007), do IBGE. Isto se dá pela ausência de uma regulamentação mais criteriosa do que são, de fato, regiões metropolitanas no texto da Constituição Federal de 1988. Com isto, os governos estaduais tiveram a liberdade de instituir regiões metropolitanas sem qualquer critério, muitas vezes, com base apenas no interesse em recursos federais que estavam dedicados às áreas metropolitanas.

O "fato metropolitano", desta forma, muitas vezes não existia, ou as relações entre os municípios eram apenas incipientes, o que não era suficiente para que os diferentes municípios envolvidos promovessem acordos de governança em questões que lhe eram comuns. Além disso, esta legislação possibilitou uma série de conflitos interfederativos, uma vez que os governos estaduais exerciam sua autoridade e criavam regiões metropolitanas sem que os próprios prefeitos, muitas vezes

fossem consultados, o que gerava reações de rejeição por parte das administrações locais a esta institucionalidade forçada. Assim, tratar de gestão e governança metropolitanas, é tratar de conflitos interfederativos e busca por acordos políticos que promovam a cooperação. O Estatuto da Metrópole avança no sentido de **retomar o planejamento em escala metropolitana** e obriga governos estaduais a criarem autarquias que promovam esta articulação intermunicipal, com compartilhamento das decisões de política metropolitana entre os entes federativos envolvidos (municípios e estados).

Diversas experiências de **consórcios intermunicipais** mostram-se um importante caminho para a promoção do desenvolvimento sustentável, tanto por meio de consórcios temáticos como em iniciativas mais amplas, que criam uma espécie de "guarda-chuva" sob o qual diversas políticas públicas são desenvolvidas. Um dos casos mais conhecidos é o do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC⁸, localizado na Região Metropolitana de São Paulo, e que é reconhecido como uma das experiências mais exitosas do país neste sentido. Os consórcios públicos são a principal forma de acordo intergovernamental, seja no nível horizontal (entre municípios) ou vertical (entre municípios e estado e/ou com a União), e vêm funcionando como forma de arranjo político para diversas áreas de política pública, a exemplo dos consórcios intermunicipais de resíduos sólidos, de saúde ou de gestão de bacias hidrográficas. Este último, serve como ilustração do tema do desenvolvimento sus-

tentável e sua relação com a cooperação intergovernamental, uma vez que encontra-se diretamente ligado à gestão dos recursos hídricos – em um contexto de recém-saída da crise de abastecimento de água de maiores proporções da história do país.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK (SDSN) - BRASIL



Lançada em março de 2014, a SDSN Brasil é uma rede de organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e públicas e empresas privadas. Seu principal objetivo é apresentar soluções para o desenvolvimento urbano sustentável, com foco no ODS 11 e suas interfaces com outros ODS urbanos, tendo em vista a alta taxa de urbanização brasileira.

O trabalho da Rede inicia-se pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro, para, no médio prazo, expandir-se nacionalmente. A SDSN Brasil será chave para a implementação deste objetivo urbano num esforço de rede, cujas metas e indicadores ajudarão a direcionar o seu trabalho.

A rede SDSN Brasil conta já com 43 instituições membro e está presente em diversos espaços de atuação e debate sobre desenvolvimento urbano sustentável.

FONTE: [HTTP://WWW.SDSNBRASIL.ORG.BR/QUEM-SOMOS/SDSN-BRASIL/](http://WWW.SDSNBRASIL.ORG.BR/QUEM-SOMOS/SDSN-BRASIL/)

NOVOS ARRANJOS TERRITORIAIS

Novos arranjos territoriais, como as mega-regiões, ou as cidades-região, também vêm sendo reconhecidos como realidades urbanas em diversas regiões do mundo, como o caso de Hong-Kong-Shenzhen-Guangzhou, na China, ou do corredor urbano-industrial entre Mumbai e Nova Delhi, na Índia. No Brasil, o exemplo da Macrometrópole Paulista, representa uma das maiores aglomerações urbanas do Hemisfério Sul, reunindo cinco regiões metropolitanas e duas aglomerações urbanas do estado de São Paulo, com um total de mais de 29 milhões de habitantes, em 174 municípios. Esta região encontra-se altamente conectada inclusive com a região sul do vizinho estado do Rio de Janeiro (uma das regiões de maior dinamismo econômico do estado), implicando novos desafios de planejamento e governança.



SHENZHEN (A DIREITA) E HONG-KONG (A ESQUERDA) SEPARADAS PELO RIO

|| NO RIO DE JANEIRO... ||



No estado do Rio de Janeiro, cerca de 75% da população vive na Região Metropolitana, e 74% dos empregos formais da metrópole concentram-se na capital. A concentração espacial reconhecidamente gera efeitos positivos, porém quando se trata de mega-concentrações este efeito se inverte, e as deseconomias passam a ser dominantes. As já conhecidas consequências do espraiamento urbano, principalmente com relação à mobilidade, ou da segregação socioespacial (com efeitos sobre a qualidade da oferta de serviços públicos nas diversas áreas), são algumas das questões que os ODS buscam impactar nas áreas urbanas e o estado

“mais metropolitano” do país está apenas iniciando sua caminhada neste sentido.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro há profundas desigualdades sociais, econômicas e ambientais, com distintas capacidades do poder público local para reduzi-las. Seguem abaixo alguns exemplos deste quadro a partir de informações sobre três dos vinte e um municípios metropolitanos no Rio de Janeiro: Japeri, Maricá e Niterói, que possuem perfis bastante dispareados do ponto de vista socioeconômico, mas precisam encontrar pontos de interesse comum no processo de planejamento metropolitano.

CONDIÇÕES DE VIDA NA RMRJ

	POPULAÇÃO (2016)*	IDHM-2010	PIB PER CAPITA (R\$, 2013)**	DENSIDADE POPULACIONAL (HAB./KM ²)*	TAXA DE HOMICÍDIOS (POR 100 MIL PESSOAS)***	% DE PESSOAS ATENDIDAS POR ESGOTAMENTO SANITÁRIO****
RMRJ	12.330.186	0,771	32.765.43	1.820,81	26,73	65,2
Cachoeiras de Macacu	56603	0,700	17.776,81	5,90	16,00	57,2
Japeri	100562	0,659	10.048,55	1.219,79	35,50	ND
Niterói	497883	0,837	40.234,98	3.709,01	22,70	93
Duque de Caxias	886917	0,711	28.730,32	1.888,00	35,50	44,4
Rio de Janeiro	6498837	0,799	43.941,17	5.398,00	18,60	83,1
Belford Roxo	494141	0,684	13.247,85	6.182,95	36,20	40,90
Guapimirim	57.105	0,698	13.188,22	156,65	42,50	ND
Itaboraí	230.786	0,693	22.282,20	532,11	23,60	42,6
Itaguaí	120.855	0,715	60.616,93	434,14	53,70	39,8
Magé	236.319	0,709	13.105,19	604,45	29,80	42,6
Maricá	149.876	0,765	51.533,20	404,19	26,60	12,4
Mesquita	171.020	0,737	11.090,48	4.116,76	31,00	43,8
Nilópolis	158.319	0,753	15.960,35	8.163,20	22,70	99,8
Nova Iguaçu	797.435	0,713	16.477,64	1.555,38	47,30	45,1
Paracambi	50.071	0,72	12.320,94	275,46	48,50	46,2
Queimados	144.525	0,68	25.961,06	1.897,51	72,40	41
Rio Bonito	57.963	0,71	23.821,77	126,22	10,40	ND
São Gonçalo	1.044.058	0,739	13.714,57	4.190,72	26,50	38,9
São João de Meriti	460.541	0,719	14.163,02	13.080,00	33,00	48,8
Seropédica	83.667	0,713	22.607,97	292,11	61,50	33,6
Tanguá	32.703	0,654	14.237,43	223,00	9,30	31,5

* Estimativa populacional 2016, IBGE. | **Cidades/IBGE - 2015. | ***Mapa da violência, 2012. | ****SNIS, 2014

JAPERI



MAIOR TEMPO
MÉDIO DE
DESLOCAMENTO
CASA-TRABALHO
DA RMRJ

1h
por trecho



DISTÂNCIA
ATÉ A
CAPITAL

70 Km



PROPORÇÃO
DA POPULAÇÃO
TRABALHADORA
QUE TRABALHA NA
CAPITAL

44%



TRABALHADORES
COM EMPREGO
INFORMAL
(SEM REGISTRO
EM CARTEIRA
DE TRABALHO)

46%



POPULAÇÃO
ECONOMICAMENTE
ATIVA
DESEMPREGADA

43%



POPULAÇÃO
MENOR
RENDIMENTO
MÉDIO MENSAL
PER CAPITA

R\$584



MAIOR TAXA DE
POBREZA DA RMRJ
14%
DA POPULAÇÃO VIVE
COM RENDA PER
CAPITA INFERIOR

R\$140
mensais



PESSOAS COM MAIS
DE 18 ANOS QUE
POSSUEM O ENSINO
MÉDIO COMPLETO

27%

NA CAPITAL ESTA
TAXA É DE **54%**

O município depende muito da capital para seu desenvolvimento econômico, como evidencia o elevado percentual de pessoas que trabalham na capital (44%). Por isso, a mobilização social local tem como um dos principais temas a mobilidade, e principalmente, o trem. O Movimento em Defesa dos Trens busca a valorização e expansão da ferrovia que liga o município à capital, e já possui um histórico de mais de 20 anos de atuação. Em paralelo a esta mobilização, outros movimentos sociais locais vêm pau-

tando a melhoria da gestão pública, tendo em vista o baixo desempenho do município em indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano. Em um ranking dos IDH's intramunicipais, presente no Atlas do Desenvolvimento Humano (IDH) em Regiões Metropolitanas⁹, Japeri concentra os 4 piores indicadores da Região Metropolitana. O Mobiliza Japeri e o Nossa Japeri são exemplos de mobilização em torno de temas como transparéncia, participação e controle social no município.

⁹ Publicação elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundação João Pinheiro. Disponível em http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24037

MARICÁ



TAXA DE
CRESCIMENTO
DEMOGRÁFICO
(2000/2016)

95,3%



TRABALHADORES
COM EMPREGO
INFORMAL
(SEM REGISTRO
EM CARTEIRA
DE TRABALHO)

50%



POPULAÇÃO COM
ACESSO A REDE
DE ESGOTAMENTO
SANITÁRIO

13%
(MENOR TAXA
DA RMRJ)



POPULAÇÃO COM
ACESSO À REDE DE
ABASTECIMENTO
DE ÁGUA

58%

Maricá encontra-se na área de influência daquele que seria o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), mas que devido à crise econômica e a drástica redução de investimentos da Petrobrás, teve seu tamanho muito reduzido no período recente. Com características bastante distintas de Japeri, que se encontra na região da Baixada Fluminense, Maricá está situado no Leste Metropolitano, do lado oposto da Baía de Guanabara, e possui uma grande frente marítima, com quase 50Km de praias

– ainda que a maior parte delas com mar agitado, que dificulta a balneabilidade – além de um grande sistema lagunar.

A dispersão da população nos mais de 50 bairros do território municipal é um dos motivos que encarecem a oferta dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. A região do Leste Metropolitano possui poucas iniciativas de organizações da sociedade civil, que em geral são temáticas e de base local/distrital.

NITERÓI



+++

TAXA DE HOMICÍDIOS
ENTRE JOVENS
NEGROS

121

**mortes por 100
mil habitantes**

A **3^a maior** DA RMRJ

ESTE NÚMERO É MAIOR
QUE A MÉDIA NACIONAL DE
HONDURAS, QUE POSSUI
A MAIOR TAXA MÉDIA DE
HOMICÍDIOS DO MUNDO

109 homicídios por
100 mil habitantes

E CHEGA QUASE AO DOBRO
DA TAXA DA CAPITAL,
DENTRO DO MESMO
SEGMENTO POPULACIONAL

64 mortes por 100
mil habitantes



MAIOR
EXPECTATIVA
DE VIDA DA
RMRJ

76,2
anos



ACESSO À
REDE DE
ÁGUA

100%
dos domicílios



MAIOR RENDA MÉDIA
PER CAPITA DA
REGIÃO (JULHO/2015)

R\$ 2.781
EQUIVALENTE A **5x** A
RENDAMÉDIA DE JAPERI,
OU AO **dobro** DA
RENDAMÉDIA PER
CAPITA DE MARICÁ.

Niterói é o município com melhor IDH-M no estado do Rio de Janeiro, e o sexto no país. A cidade fica "em frente" ao Rio de Janeiro, do lado oposto da Baía de Guanabara em relação à capital. Cidade de porte médio, Niterói possui cerca de 500 mil habitantes, e de acordo com os indicadores selecionados no Mapa da Desigualdade feito pela Casa Fluminense - a partir de dados do IBGE e do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - a cidade possui um dos 5 melhores indicadores municipais da RMRJ em 14 dos 21 temas selecionados nas áreas de Saneamento, Saúde, Educação, Pobreza e

Renda, Mercado de Trabalho, Mobilidade e Segurança Pública e Cidadã. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano em Regiões Metropolitanas, Niterói possui 3 dos 10 maiores IDH's nas Unidades de Desenvolvimento Humano na RMRJ – os outros 7 maiores IDH's são na capital.

O município foi capital do estado do Rio de Janeiro por mais de 150 anos, enquanto a capital do país estava no Rio de Janeiro, e atualmente possui uma importante universidade federal e um eficiente sistema de transporte hidroviário para o Centro do Rio de Janeiro, além de ser um dos princi-

pais pólos da indústria naval do estado – bastante ligada à economia do petróleo e gás natural. A mobilização da sociedade civil local tem dado origem a associações civis nas áreas do controle e transparência da gestão pública e do urbanismo, como o Fórum Municipal de Transparência e Controle Social de Niterói, e o Fórum de Política Urbana de Niterói. Tais fóruns, por sua vez, são formados por de-

zenas de outras pequenas organizações, movimentos sociais, associações de moradores e cidadãos, que vêm buscando ampliar a discussão sobre controle social na administração pública a partir de diferentes formas e indicadores. A discussão sobre os ODS na sociedade civil ainda é bastante incipiente, bem como no poder público – o que é a realidade nos diversos municípios da RMRJ.

ESTUDO DE CASO

Ações que contribuem para o alcance dos ODS vêm sendo promovidas em diferentes estados do país, tanto por parte do Estado quanto por organizações da sociedade civil. Nesta seção são apresentados exemplos do trabalho que vêm sendo desenvolvido por estes agentes.



CÂMARA METROPOLITANA DE INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL DO RIO DE JANEIRO

A Câmara Metropolitana, criada por Decreto do Governador do Estado no ano de 2014, é uma das primeiras iniciativas criadas após a aprovação das recentes legislações sobre gestão e governança metropolitanas no país. No Rio de Janeiro, uma grande concorrência pública foi realizada para contratação de uma consultoria que pudesse elaborar o PDUI em um prazo de 18 meses, e que foi vencida pelo Consórcio Quanta/Lerner.

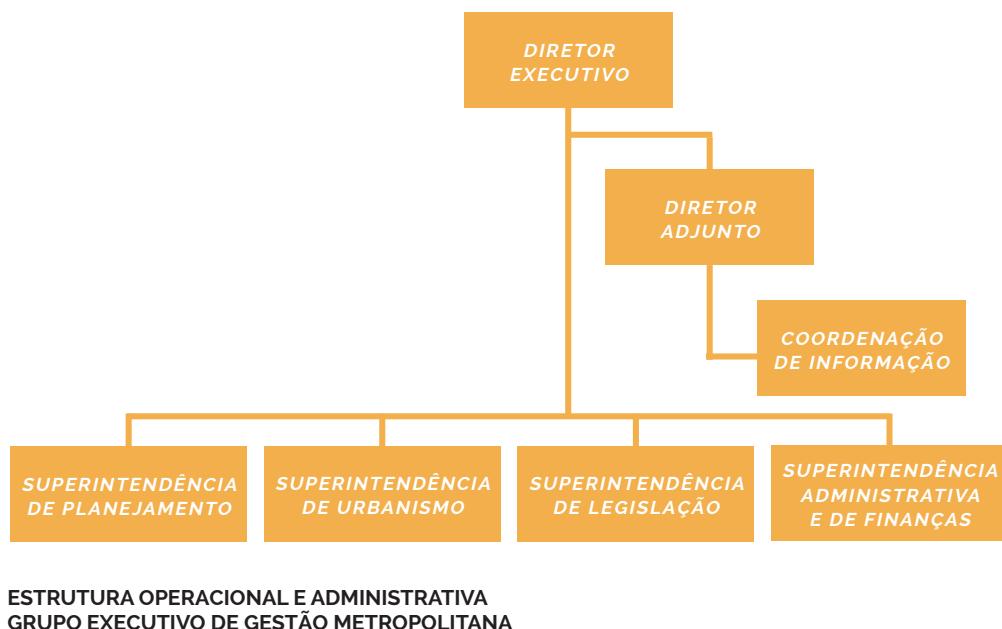
Ainda de acordo com a determinação do Estatuto da Metrópole,

a Câmara Metropolitana vem implementando o Sistema de Informações Metropolitanas, também a partir de licitação. O SIM-Rio tem como uma de suas finalidades principais a modernização das gestões públicas municipais, a partir de ações como a redução do tempo necessário para concessão de licenças e atualização das plantas de valores imobiliários – iniciativas fundamentais para ampliação da base fiscal dos municípios. Da mesma maneira, encontra-se finalizado o trabalho de levantamento cartográfico das áreas urbanas dos 21

municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que servirá como base geográfica para o SIM-Rio.

A Câmara atualmente vem sendo gerida por um Grupo Executivo de Gestão Metropolitana, cuja

estrutura encontra-se detalhada abaixo, e sua governança definitiva ainda aguarda aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC nº10/2015 RJ), que está em tramitação na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro.



IMPLEMENTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS ODS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Na Região Metropolitana de São Paulo a governança metropolitana se dá a partir do Decreto 56.887/2011, que estabelece um Sistema Estadual de Desenvolvimento Metropolitano, que conjuga diferentes instituições governamentais voltadas ao planejamento metropolitano nas 4 regiões

metropolitanas do estado de São Paulo (São Paulo, Baixada Santista, Vale do Paraíba/Litoral Norte e Campinas). Estas 4 regiões, somadas às aglomerações urbanas de Sorocaba, Piracicaba e Jundiaí, e às microrregiões Bragança e de São Roque, conformam a Macrometrópole Paulista (MMP).

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



Dentro desta estrutura de planejamento governamental, duas instituições que merecem destaque são a EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.), que vem desenvolvendo projetos prioritários para toda a Macrometrópole Paulista, além de ser a responsável técnica pela base de informação geográfica e pelo Sistema de Informações

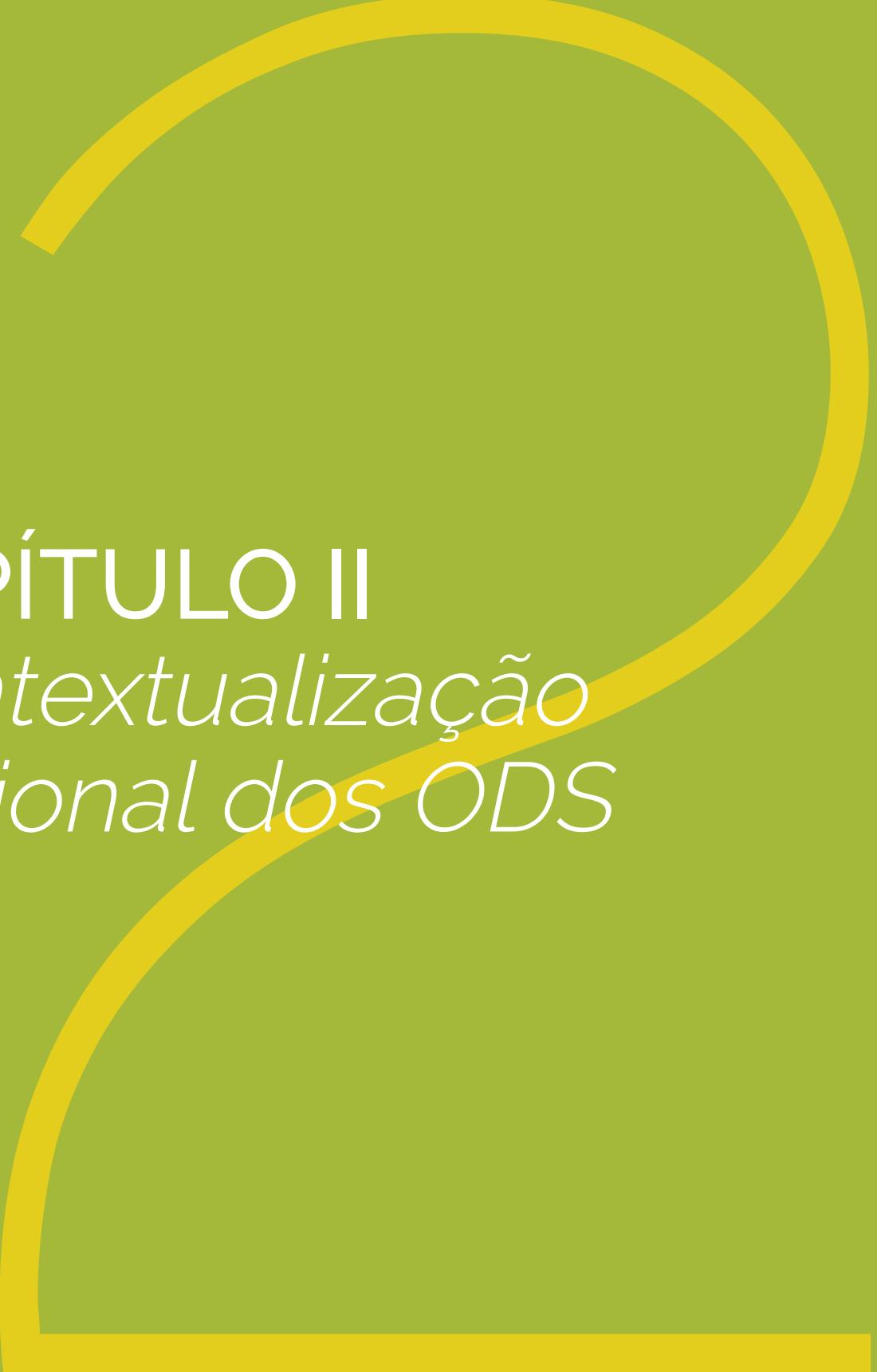
Metropolitanas, e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), que coleta, organiza, analisa e produz indicadores socioeconômicos sobre o estado de São Paulo, e vem colaborando para a definição de uma estratégia de monitoramento dos ODS a partir de dados produzidos por pesquisas ou registros administrativos no estado de São Paulo.

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO

- *Base de dados que reúne informações de diversas origens, como dados estatísticos oficiais (IBGE), registros administrativos de Secretarias de Estado, dados coletados por municípios-piloto (como os do Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo- CIOESTE), além de dados gerados por cidadãos, como no caso das áreas de risco de contaminação pelo mosquito Aedes Aegypti (transmissor do vírus Zika);*
- *Banco de Dados aberto, que pode ser alimentado pelos municípios da RMSP, com interface com Google Maps;*
- *Diferentes layers, voltados aos diferentes usuários, como Secretarias de Estado, prefeituras consorciadas e interessados no planejamento metropolitano.*

Aliados a estas duas importantes agências técnicas, o Governo do Estado de São Paulo criou um grupo intersecretarial para identificação das políticas, programas e ações do Plano Plurianual do estado que estejam relacionadas aos

ODS. Desta forma, e com apoio das ferramentas estatísticas da Fundação SEADE, serão acompanhados os avanços e definidos esforços nos diferentes órgãos governamentais para que sejam alcançadas as metas definidas pela Agenda 2030.



CAPÍTULO II

Contextualização nacional dos ODS



2.1 CONTEXTO E ANTECEDENTES

2.1.1 CONTEXTO NACIONAL DOS INDICADORES ODS

O Brasil tem sido um líder regional e global em seu trabalho de localização dos ODS de acordo com as realidades e prioridades do país. Trata-se de um processo extenso, que remonta à Conferência Rio + 20, no ano de 2012, que apontou para a criação dos ODS em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio como pacto global em prol do desenvolvimento sustentável.

Desde então uma série de esforços vêm sendo realizados para alcançar este objetivo, que tem envolvido instituições públicas e privadas, do governo, sociedade civil e Universidades. No âmbito governamental, a fim de definir a posição do Brasil em relação à Agenda 2030, o Governo Federal criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sobre a agenda pós-2015. O GTI reuniu 27 ministérios e órgãos governamentais, e recolheu as contribuições da sociedade civil em eventos realizados nas cidades de Brasília-DF e Rio de Janeiro-RJ, bem como contribuições de representantes dos governos municipais em oficinas organizadas pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e pelo Ministério das Cidades.

O Estado brasileiro comprehende os ODS, “como uma ferramenta nacional para o alinhamento das políticas sociais, ambientais e económicas¹⁰,” e além do GTI, desenvolveu um grupo de trabalho específico sobre ODS liderado pelo PNUD e pelo Ministério das Relações Exteriores, que inclui 16 grupos técnicos de trabalho (um para cada ODS, do 1 ao 16),

com 19 diferentes agências da ONU envolvidas. Através deste esforço nacional foram identificados mais de 574 indicadores nacionais que podem ser usados para monitorar o progresso dos ODS. No nível internacional, a agência de produção das estatísticas oficiais do país, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), preside atualmente a Comissão de Estatística das Nações Unidas, trabalhando para adotar um conjunto de indicadores internacionais para monitorar os ODS, tendo em conta o contexto regional da América Latina.

A participação brasileira nas discussões internacionais sobre os ODS desde o início da construção da Agenda 2030 é fundamental para a apropriação da Agenda no nível local e este processo remonta, pelo menos, ao ano de 2012, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20) na cidade do Rio de Janeiro, e culmina com a aprovação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na 70a Assembleia-Geral da ONU já no ano de 2015. Em 2016 o país viveu grandes mudanças políticas, com o impeachment da Presidente da República eleita em 2014. Isto levou a mudanças nas equipes que vinham conduzindo o processo tanto no nível nacional quanto internacional. Ainda assim, a sociedade civil local e organismos internacionais, como o PNUD, vêm trabalhando para aperfeiçoar o processo nacional de implementação dos ODS, por meio de discussões, grupos de trabalho, seminários, acordos e plataformas web.

10 PNUD Brasil: Apresentação em Seminário do IPEA. Brasília, 17 de maio de 2016, feita por Haroldo de Oliveira Machado Filho.

Importante destacar que o processo de definição dos indicadores nacionais de acompanhamento dos ODS ainda não está finalizado. O IBGE, como agência oficial de produção de estatísticas do país, vem liderando este processo, no qual a participação da sociedade civil é bastante restrita. Como forma de buscar aproximar a discussão governamental da sociedade civil (em seus diferentes segmentos), o Governo Federal publicou em outubro/2016 o Decreto n. 8892/2016, que institui a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A Comissão tem um caráter consultivo e reúne, de maneira paritária, 8 representantes dos 3 níveis de governo (Municípios, Estados e União¹¹) e 8 representantes da sociedade civil, entre ONG's, entidades de representação empresarial e outras. A Secretaria-Executiva da Comissão está alocada na Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV).

Acredita-se que a participação do país em diversos espaços deliberativos pré-decisórios no âmbito internacional tenha contribuído para a apropriação da temática dos ODS no nível nacional. Vale lembrar que a então Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participou do Painel de Alto Nível sobre a Agenda Pós-2015 no nível global, e o Secretário-Executivo do Ministério foi o representante do país no Comitê Intergovernamental de Peritos Sobre o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável.

Em paralelo à representação brasileira nos espaços internacionais e às ações governamentais, a sociedade civil também organizou sua agenda de discussão e contribuições à definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e vem contribuindo no processo de implementação da Agenda 2030 no país, por meio de iniciativas tratadas adiante (Processo de Localização dos ODS).

2.1.2 LIÇÕES APRENDIDAS COM OS ODM NO BRASIL

O Brasil tornou-se reconhecido internacionalmente por ter atingido diversas metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), notadamente nos casos de redução da pobreza extrema, eliminação da fome e redução da mortalidade infantil e de mortes por doenças como a tuberculose.

O desempenho do país em algumas dessas metas ainda contribuiu para vários objetivos alcançados no nível global, como a grande redução na pobreza extrema - onde

o Brasil conseguiu reduzir a população de residentes que vivem na pobreza extrema a 1/7 do que era antes os ODM. Este desempenho positivo, no entanto, não ocorreu de maneira uniforme no país, e em algumas áreas metropolitanas estudos têm mostrado que muitos municípios não conseguiram atingir seus objetivos.

Várias lições importantes podem ser aprendidas com a implementação dos ODM no Brasil, o que ajudará a informar as estratégias

11 Além da Secretaria de Governo, o governo federal participará por meio de representantes dos seguintes ministérios: Relações Exteriores; Desenvolvimento Social e Agrário; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Meio Ambiente; além da Casa Civil da Presidência da República e de um representante de governos estaduais e um representante de governos municipais.

gias sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Nova Agenda Urbana¹²:

- O papel das organizações internacionais, como o PNUD, que ajudaram a mobilizar e coordenar os interesses em torno da agenda dos ODM foi fundamental para encorajar diferentes setores da sociedade (setor público, privado e sociedade civil organizada) a incorporar as metas em seus planejamentos.
- A adoção dos ODM ajudaram a iniciar um processo de mobilização da sociedade civil em torno da agenda internacional do desenvolvimento, e sobre a qual pode se basear a implementação dos ODS. Para ampliar o envolvimento da sociedade civil com os ODS, organizações como a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) criou um Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030.
- O desenvolvimento nacional dos instrumentos de planejamento, como os planos diretores municipais obrigatórios, planos de assistência social, educação e outros, serviram como uma oportunidade para a incorporação dos ODM em ações governamentais. Existe agora um foco maior sobre o planejamento no nível metropolitano, identificado como um desafio e uma oportunidade para a implementação do ODS.
- A coleta de dados para os ODM foi analisada em nível estadual, e muitas vezes enfrentou desafios relacionados com o acesso e qualidade dos dados. Os desafios relacionados com este mesmo

processo, agora para os ODS, são mais complexos, não somente por causa do aumento do número de objetivos e de sua natureza transversal, mas também porque há uma ênfase maior na utilização de dados municipais. Embora a coleta de dados no Brasil tenha melhorado substancialmente na última década, ainda há uma clara necessidade de melhorar as capacidades das agências de dados estaduais para preencher as lacunas de informação nos níveis subnacionais.

- Outra dificuldade enfrentada com os ODM foi o uso de diversos registros administrativos como fonte de dados para monitorar o progresso nas metas. Desde dados sobre emprego até a área de saúde materna e infantil, sabe-se que registros administrativos são reconhecidos por uma certa limitação como base de estatísticas, devido a grandes variações no gerenciamento de informações em cada local, e que dependem da capacidade administrativa da entidade envolvida (município, estado ou governo federal). Municípios pobres, que têm capacidades administrativas baixas (e, geralmente, possuem os piores desempenhos nos indicadores sociais), muitas vezes são incapazes de coletar e atualizar bases de dados nacionais, como as do Sistema Único de Saúde (Datasus) e a do Ministério do Trabalho e Emprego (Sistema RAIS-MTE). O desafio de uniformidade nos registros administrativos é uma das preocupações atuais na definição de indicadores que serão utilizados para monitorar o ODS - por isso a priorização de dados obtidos de fontes primárias vem sendo discutida.

12 MACHADO FILHO, Haroldo. "União Europeia, Brasil e os Desafios da Agenda do Desenvolvimento Sustentável: Dos Objetivos do Milênio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: lições Aprendidas e Desafios." Konrad Adenauer Stiftung. 27 de abril de 2016.

- Os ODM foram em grande parte alcançados por ações do Estado em parceria com iniciativas de diversos segmentos da sociedade civil e do setor privado. O “selo ODM”, por exemplo, foi criado pelo Movimento Nós Podemos do Paraná, em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), para reconhecer e certificar entidades da iniciativa privada, da sociedade civil e do poder público que estivessem comprometidas com o cumprimento dos ODM. Foram realizadas 5 edições do Selo ODM, com centenas de instituições certificadas.



- O Prêmio ODM Brasil foi criado em 2004, por meio de uma parceria entre o Governo Federal, o PNUD, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e a Escola Nacional de Administração Pública

(ENAP) e buscava reconhecer boas práticas de administrações municipais e de organizações da sociedade civil em torno das metas dos ODM. Foram realizadas 5 edições, nas quais foram inscritas mais de 5 mil iniciativas de governos municipais e organizações sociais.

- Apesar dos importantes progressos na consecução dos ODM, ainda há esforços a serem feitos, mesmo em regiões com altos níveis de desenvolvimento humano, como o estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil. Por exemplo, dos 34 municípios que compõem a região metropolitana de Porto Alegre (RMPA), 31 não atingiram sequer 50% das metas previstas até o ano de 2015, apesar do bom desempenho da capital, Porto Alegre, nos ODM, de acordo com um estudo publicado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE / RS)¹³. Assim, a Agenda 2030 apresenta uma oportunidade para construir e aperfeiçoar os esforços que foram feitos para atingir os ODM, na busca por políticas públicas mais integradas.

13 PUIG, Gonzalez Hélios; SANTAGADA, Salvatore. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): o que se pode esperar dos indicadores nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) até 2015?. *Ensaio FEE, Porto Alegre*, v. 36, n. 2, p.383-476, 10 dez. 2015. Semestral.

2.2 PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO DOS ODS

O planejamento em escala metropolitana no Brasil foi retomado recentemente, pelo menos de forma institucionalizada, depois de décadas de uma notável ausência de ações governamentais voltadas para esta escala. Desde 2015, vários estados vêm preparando seus Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), como Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro. Este processo vem ocorrendo em paralelo à implantação da Agenda 2030 e dos ODS. No caso do Rio de Janeiro, a Câmara Metropolitana de Integração Governamental e o Consórcio Quanta/Lerner, responsável pela elaboração do Plano, estão buscando aproximar a sociedade civil, incluindo as universidades, para levantar

contribuições, a partir de suas perspectivas, no acompanhamento do Plano, e os ODS podem fornecer uma estrutura de monitoramento confiável. A Câmara Metropolitana e o Consórcio vêm sistematizando os resultados de um amplo processo de diagnóstico e de consultas públicas, que estão ajudando a definir prioridades e metas de desenvolvimento sustentável para a RMRJ, e alinhando-os com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e seus indicadores associados. Este processo irá criar uma abordagem integrada para monitoramento dos ODS no chamado "Plano Metropolitano", que responde às necessidades identificadas e às prioridades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO



Trabalhar em um contexto metropolitano intensifica as complexidades para alcançar caminhos para o desenvolvimento sustentável. Desigualdades sociais e espaciais são especialmente evidentes nas metrópoles, e grandes diferenças na prestação de serviços básicos como saneamento e remoção de resíduos sólidos são bastante comuns dentro de uma região. O planejamento de políticas voltadas às regiões metropolitanas em sentido integral também aumenta muito o número de agentes envolvidos, em

quaisquer áreas, como uso do solo, transportes e saneamento, por exemplo, já que a urbanização vai além das fronteiras municipais. Este processo demanda acordos sobre as prioridades e a alocação de recursos dentro da região. No entanto, apesar dos desafios inerentes também surgem grandes oportunidades para ter um impacto significativo e generalizado em busca de um desenvolvimento mais sustentável, especialmente em áreas de alta necessidade e que muitas vezes não são privilegiadas.

ROCINHA, RIO DE JANEIRO



FOTO: Daniela Fichino

2.2.1 ALGUNS PASSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM REGIÕES METROPOLITANAS

Para começar a implementação e monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em regiões metropolitanas, são sugeridos aqui alguns passos:

- 1. Sensibilizar.**
- 2. Linha de Base,**
- 3. Definir prioridades metropolitanas e suas correspondências aos ODS e seus indicadores,**
- 4. Identificar planos e ações existentes e avaliar o seu alinhamento aos ODS,**
- 5. Formar parcerias com a academia e outros atores-chave,**
- 6. Monitoramento**

1. SENSIBILIZAR: A sensibilização sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sua relevância local e internacional é muitas vezes necessária antes de qualquer estratégia de implementação ser desenvolvida. É importante que todos os setores da sociedade (público, privado, academia e sociedade civil) estejam cientes do que são os Objetivos e qual o compromisso do país para alcançá-los. Isso pode ser feito usando uma variedade de ações, tais como campanhas, fóruns, workshops e reuniões multilaterais.

• A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) criou um Grupo de Trabalho (GT) sobre a Agenda 2030 no ano de 2014, que reúne cerca de 30 ONGs de diferentes regiões do país. Este grupo tem promovido reuniões, seminários e audiências públicas na Câmara dos Deputados, além de representar os interesses da sociedade civil nos diálogos com o governo. Esta pode ser considerada uma das primeiras iniciativas de mobilização em torno da Agenda 2030 no nível nacional, uma vez que cada organização, além de alinhar as suas atividades com a agenda dos ODS, também está em diálogo outras instituições em suas (diversas) áreas temáticas, contribuindo para a difusão horizontal do ODS.

A constituição do grupo se deu a partir de oficinas temáticas organizadas no ano de 2013, em um processo de consulta nacional sobre o que deveria ser a Agenda 2030 que envolveu cerca de 80 organizações e movimentos da sociedade civil e apontou recomendações ao governo e à ONU para serem consideradas nas discussões no nível global. Este GT vem pautando a necessidade do Estado brasileiro definir seus indicadores nacionais dos ODS a fim de que seja iniciado efetivamente o processo de monitoramento das políticas referentes a eles. Uma das recentes conquistas desta mobilização foi a publicação do Decreto 8892/2016, que cria a Comissão Nacional dos Objeti-

vos do Desenvolvimento Sustentável. Esta comissão era uma demanda da sociedade civil, e será composta por representantes do governo e de representantes de diferentes segmentos sociais, de maneira equitativa, sendo metade de representantes do governo e metade da sociedade civil.



- Outras redes da sociedade civil em torno dos ODS também vêm sendo criadas, com participação de centenas de organizações de todo o Brasil, como a **Estratégia ODS e a Rede Nós Podemos**.

MNODS em 4 passos

1 Conheça um pouco mais sua região Acesse o Portal ODM	2 Participe dos encontros e das ações do Núcleo de seu estado ou município Faça contato com os núcleos
3 Faça adesão ao Movimento Ações em prol dos ODS que podem ser realizada em casa, nas escolas, empresas e nos municípios.	4 Prepare-se e faça os cursos on line de capacitação Acesse os 5 módulos

- O Movimento Nacional ODS Nós Podemos (MNODS) atua como uma articulação de diferentes tipos de entidades, movimentos sociais e voluntários, que se organizam por estado da federação e buscam

apoiar o processo de implementação da Agenda 2030, após uma história de atuação ligada aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Criado em 2004, possui 36 núcleos regionais e 27 núcleos estaduais, com graus diversos de atuação.

2. LINHA DE BASE: Adotar uma linha de base com os desafios de desenvolvimento atuais e as oportunidades é uma medida importante para definir metas e prioridades. Relatórios como o "SDG Index and Dashboards" (www.sdgindex.org), da SDSN, podem ajudar a fornecer uma visão geral inicial do desempenho de um país em comparação com outros países no nível regional e internacional. A partir destas avaliações e da identificação dos desafios ao desenvolvimento, uma linha de base mais detalhada deve ser adotada, correspondendo ao contexto metropolitano específico.

• No Brasil, o "Relatório Brasileiro para Habitat III" sistematiza uma série de demandas ao desenvolvimento da sociedade brasileira, que foram aprovadas pelo Conselho Nacional das Cidades e relatadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O documento resume os desafios e prioridades nacionais para a Nova Agenda Urbana, a partir de discussões em oficinas preparatórias com a sociedade civil e de uma plataforma virtual para participação da população ampliada. Embora o documento não seja diretamente alinhado com os ODS (já que foi desenvolvido antes da definição e adoção dos objetivos e metas), serve como um bom ponto de partida e linha de base para compreensão dos desafios de desenvolvimento em curso e das prioridades no Brasil.

PROJETO SOLUTIONS INITIATIVE

Workshops “Mobilidade e governança metropolitana na RMRJ” e “Resiliência e governança na RMRJ”

Como parte do projeto Solutions Initiative: Sustainable Cities (Casa Fluminense/SDSN/GIZ), foram realizados dois workshops no Rio de Janeiro, no mês de maio/2016. Os eventos contaram com a participação de representantes dos 3 níveis de governo e de uma série de atores da sociedade civil e Universidade.

A proposta era “identificar as principais características do estado atual da governança metropolitana no tema da mobilidade e da resiliência”, bem como “alcançar uma visão e entendimento comuns (...) para a implementação de melhorias e buscar construir coletivamente recomendações para os próximos passos possíveis”, principalmente entre a Câmara Metropolitana e o Ministério das Cidades. Destes workshops foram extraídas recomendações e ações futuras que podem servir como parte da definição de prioridades na região RMRJ:

- Na área de resiliência, a Baía de Guanabara e a prevenção a eventos meteorológicos extremos foram as principais questões, e a unificação das bases de dados, no nível metropolitano, foi um ponto-chave;
- A elaboração de planos integrados e a incorporação de dados de modelagem climática ao planejamento dos municípios e dos investimentos em saneamento e drenagem, por exemplo, também foi apontada como necessidade;
- No plano institucional foi ressaltada a necessidade de se retomar a escala regional no planejamento, principalmente no nível das bacias hidrográficas – e sua articulação com a RMRJ (que recebe diversos cursos d’água da cadeia de montanhas ao seu redor e abriga as Baías de Guanabara e de Sepetiba, além de uma faixa litorânea importante).
- Na área da mobilidade, também se buscou identificar o estado-da-arte da governança metropolitana sobre o tema, com destaque ao papel que a



rede ferroviária possui na estrutura urbana da RMRJ e às grandes limitações à integração física e tarifaria entre alguns modais.

- Foi apontada também a necessidade de alinhamento futuro entre os objetivos e ações referentes à Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e os ODS.
- O fortalecimento de novas centralidades e projetos de descentralização econômica também estão diretamente relacionados ao tema, e espera-se que o PDUI possa apontar estas possibilidades e que governos, sociedade civil, Universidade e setor privado possam participar deste processo de maneira ativa.
- A criação de um Observatório Metropolitano para monitoramento de indicadores e de efetividade do PDUI é uma possibilidade de sistematizar informações e aumentar o controle social deste processo, conferindo transparência aos investimentos públicos.

3. IDENTIFICAR PRIORIDADES METROPOLITANAS E SUAS CORRESPONDÊNCIAS AOS ODS E SEUS INDICADORES: Este é um passo decisivo, já que poucas regiões metropolitanas terão recursos suficientes (se é que alguma os terá) para enfrentar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas. A partir de uma linha de base, as prioridades podem ser definidas por meio de consultas públicas, workshops usando ferramentas como a "Metodologia de Avaliação de Capacidades", da GIZ, e exercícios de visão de futuro, que ajudam a identificar metas desejadas para uma região. Indicadores nacionais oficiais, uma vez adotados, devem ser utilizados e adaptados ao contexto e às prioridades da região metropolitana.

A RMRJ vem preparando por meio de seu Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) propostas e metas para o futuro

da região, a partir de um processo participativo que tem reunido diferentes setores da sociedade. A priorização das propostas será então feita por um Conselho Consultivo de representantes da sociedade civil específico para o Plano. Assim que a priorização das propostas estiver feita e as metas escolhidas, estas serão alinhadas aos ODS correspondentes e à sua estrutura de monitoramento. Este processo irá contribuir para a definição de indicadores sob a qual a implementação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado será avaliado, ao mesmo tempo em que tais indicadores serão usados para monitorar o futuro das políticas públicas metropolitanas, através da adaptação dos indicadores nacionais dos ODS, e, se necessário, da criação de indicadores adicionais.

No momento atual de elaboração do PDUI já há uma visão de futuro para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro:

“

“Construir uma metrópole com acesso universal de todos ao todo. Uma metrópole com foco no combate às desigualdades, que integre as pessoas ao patrimônio natural e construído, que seja de fácil acesso e eficiente, com serviços urbanos universalizados, equilibrada em sua estruturação, inteligente em seu desenvolvimento e, acima de tudo, sustentável.”

(CONSÓRCIO QUANTA/LERNER, 2016)

”

Esta visão está alinhada a 21 **“Objetivos Metropolitanos”**, que servirão como elementos norteadores para cenários e propostas a serem elaboradas para o PDUI, e seguem abaixo.

OBJETIVOS METROPOLITANOS – RMRJ

- OM-1.** *Dar densidade à base econômica e reduzir a dependência de um setor específico*
- OM-2.** *Gerar emprego e atividades econômicas de forma a equilibrar espacialmente a metrópole*
- OM-3.** *Desenvolver competências e relações que propiciem bases inovadoras de produção*
- OM-4.** *Aumentar a capacidade dos municípios para implementação de uma política habitacional integrada*
- OM-5.** *Criação de novas modalidades de intervenções habitacionais no território*
- OM-6.** *Novas fontes de recurso para os programas habitacionais*
- OM-7.** *Reducir a estrutura radial dos deslocamentos metropolitanos*
- OM-8.** *Otimizar os recursos em mobilidade*
- OM-9.** *Reorientar o uso do transporte individual motorizado*
- OM-10.** *Melhorar a qualidade dos deslocamentos*
- OM-11.** *Estar em conformidade com a lei de saneamento de 2007, criar condições para um saneamento ambiental amplo e a integração de ambiente natural e construído, com foco na revitalização e valorização deste último para suporte e uma melhor qualidade de vida nas cidades.*
- OM-12.** *Apresentar resiliência e sustentabilidade ambiental*
- OM-13.** *Garantir a integridade dos bens do patrimônio natural e cultural da RMRJ*
- OM-14.** *Conciliar as dinâmicas pertinentes ao pleno desenvolvimento metropolitano às condições de preservação e valorização do patrimônio natural e cultural*
- OM-15.** *Promover a apropriação dos bens do patrimônio natural e cultural pela população da RM*
- OM-16.** *Desenvolver rede colaborativa entre os municípios da RMRJ*
- OM-17.** *Melhorar a autonomia (fiscal e de gestão) de cada município da RM*
- OM-18.** *Garantir mais qualidade de vida para o cidadão metropolitano*
- OM-19.** *Incluir a sociedade civil organizada no processo decisório de desenvolvimento metropolitano (incluindo a formulação, implementação e monitoramento)*
- OM-20.** *Garantir o acompanhamento do cidadão no processo de avaliações e acompanhamento do PDUI*
- OM-21.** *Garantir espaços de participação (presencial e web) e manter*

O próximo passo a ser realizado é o alinhamento destes objetivos com os ODS, assim como a definição de uma estratégia de monitoramento, como se verá adiante.

4. IDENTIFICAR PLANOS E AÇÕES EXISTENTES E AVALIAR O SEU ALINHAMENTO AOS ODS:

Os planos existentes e os planos que estejam em desenvolvimento, tais como os planos diretores municipais, planos setoriais e os planos metropolitanos integrados devem ser analisados a partir de seu alinhamento com o(s) respectivo(s) ODS e seus indicadores. Este processo serve para integrar os ODS nos processos de planejamento, e também pode servir como um impulso para definir metas mais desejáveis para a região.

- Além da perspectiva de alinhamento com os planos integrados metropolitanos (PDUIs) em cada região metropolitana, outras ações para compatibilizar planos já existentes (e futuros) com os ODS estão ocorrendo. No nível estadual, os Planos Plurianuais (PPA's), que definem a agenda e ações dos governos estaduais (2016-2019) para um período de quatro anos, estão sendo alinhados com os ODS nos estados de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo. Em São Paulo o trabalho está sendo coordenado pela Casa Civil do Governo do Estado, e em Minas Gerais pela Secretaria de Estado de Planejamento de Minas Gerais. O plano estratégico do município do Rio de Janeiro também está sendo alinhado com o ODS, em um esforço liderado pelo Instituto Pereira Passos, agência de pesquisa e planejamento municipal.

5. FORMAR PARCERIAS COM A ACADEMIA E OUTROS ATORES-CHAVE:

Formar parcerias para atingir os ODS é especialmente importante na escala metropolitana, onde há um extenso número de agentes envolvidos em ações regionais e de tomada de decisões. O setor público deve formar parcerias com universidades, organizações não-governamentais e estabelecer canais de diálogo com o setor privado, a fim de

garantir a transparência e o envolvimento de uma ampla gama de interessados, bem como os recursos para a implementação. A Agenda 2030 oferece uma oportunidade única para promoção de parcerias intersetoriais e diálogos em torno de uma agenda de desenvolvimento comum.

- No Brasil, a formação de parcerias intersetoriais foi um dos principais componentes que contribuíram para o sucesso dos ODM no Brasil, e esforços para construir novas parcerias para os ODS têm sido notáveis. Várias redes foram formadas, como a Rede ODS Brasil, o Movimento ODS Nós Podemos, a Estratégia ODS, além do Grupo de Trabalho sobre a Agenda 2030 da ABONG. As três primeiras redes citadas têm reunido diferentes setores da sociedade com o objetivo de formar parcerias para alcançar os ODS. O Grupo de Trabalho para a Agenda 2030 da ABONG agrupa e reforça o engajamento da sociedade civil na Agenda 2030. Estes grupos desempenham um papel importante ao pressionar os governos locais a adotar compromissos para alcançar o ODS.

6. MONITORAMENTO:

Monitorar é um passo crucial na concepção de qualquer estratégia para a implementação dos ODS. Deve ser tomadas medidas para analisar os dados existentes que podem ser usados, e onde existem lacunas no acompanhamento daqueles acordados como indicadores para os ODS prioritários. Os indicadores podem ter de ser adaptados com base na disponibilidade local de dados. A sociedade civil desempenha um papel central no monitoramento, e pode ajudar a pressionar os governos locais a tomar medidas no sentido de atingir o ODS. A importância do monitoramento, bem como de potenciais fontes de dados alternativas são discutidos em detalhes nas próximas seções.

WORKSHOP MONITORAMENTO LOCAL E REGIONAL DOS ODS URBANOS NO BRASIL



No dia 16 de março de 2016 o projeto *Solutions Initiative* promoveu o Workshop Monitoramento Local e Regional dos ODS Urbanos no Brasil, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em Brasília-DF. A proposta do evento era debater ações para monitoramento dos ODS em escala metropolitana. No mesmo dia o IPEA realizou uma Oficina com o tema “Adequação dos Arranjos de Governança Metropolitana ao Estatuto da Metrópole e Subsídios à elaboração dos PDUIs. Esta ocasião se revelou como uma grande oportunidade para relacionar planejamento e governança metropolitana com os ODS.

O Workshop contou com a presença de representantes de diversas autoridades metropolitanas, além de membros do governo federal (Ministério das Cidades), do Sistema ONU e da sociedade civil.

Como parte das atividades que se consolidam neste “Guia”, os três temas discutidos no Workshop foram:

- 1) Desafios de institucionalização do monitoramento do ODS na escala metropolitana;
- 2) O papel da sociedade civil no monitoramento dos ODS;
- 3) Utilização de dados e índices já existentes para o monitoramento dos ODS;

Alguns dos casos apresentados no Workshop encontram-se descritos ao longo desta publicação, como a Agenda Rio 2017, da Casa Fluminense, a identificação e alinhamento de políticas públicas aos ODS, promovida pelo Governo do Estado de São Paulo, ou ainda a adaptação de indicadores para monitoramento dos ODS, como o CPI (ONU-Habitat) ou a Plataforma Cidades Sustentáveis (Rede Nossa São Paulo).

- Embora o Brasil ainda não tenha definido seu conjunto oficial de indicadores nacionais para monitorar os ODS, diversas iniciativas importantes de desenvolvimento de um conjunto contextualizado de indicadores locais dos ODS têm ocorrido no país. Especialistas têm se reunido para ajudar a definir o quadro de monitoramento, incluindo organizações internacionais, como o PNUD, que publicou o relatório "Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Esta publicação, desenvolvida em conjunto com

outras agências da ONU no Brasil, oferece orientação e ideias para dados oficiais e fontes de informação que podem ser usados para monitorar os ODS no país. Outras iniciativas específicas, como o grupo de trabalho sobre indicadores, no âmbito da rede SDSN Brasil (constituído por representantes do setor público, organizações internacionais e organizações da sociedade civil) está discutindo como os quadros de monitoramento nacionais e internacionais podem ser modificados para refletir as realidades do nível local no Rio de Janeiro.

ESTUDO DE CASO



PROGRAMA
CIDADES
SUSTENTÁVEIS

SENSIBILIZAÇÃO ODS: O PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS

O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) é uma iniciativa nacional da Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e do Instituto Ethos, que busca contribuir para ampliar a conscientização sobre o desenvolvimento sustentável na sociedade civil e nos governos locais.

Além de campanhas de informação, o programa oferece um

conjunto de ferramentas projetadas para ajudar os municípios a alcançar os ODS. Parte deste conjunto de ferramentas inclui uma plataforma com os ODS, que reúne cerca de 300 indicadores, alinhados à Agenda 2030. A plataforma fornece suporte para transformar os Objetivos em ações locais concretas, além de compartilhar boas práticas, utilizando exemplos nacionais e internacio-

nais. Configurada como um instrumento democrático, promove um movimento "de baixo para cima" para a ação política em busca da sustentabilidade - um passo essencial para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Como forma de estabelecimento de um compromisso público dos

governos locais com o Programa e de que os investimentos serão realizados a partir de variáveis econômicas, sociais e ambientais, o PCS criou uma Carta-Compromisso, a ser assinada pelos prefeitos dos municípios, e que já foi ratificada por 285 prefeitos brasileiros, sendo 22 de capitais (de um total de 27 existentes no país).

CEBDS – AÇÕES DO SETOR EMPRESARIAL

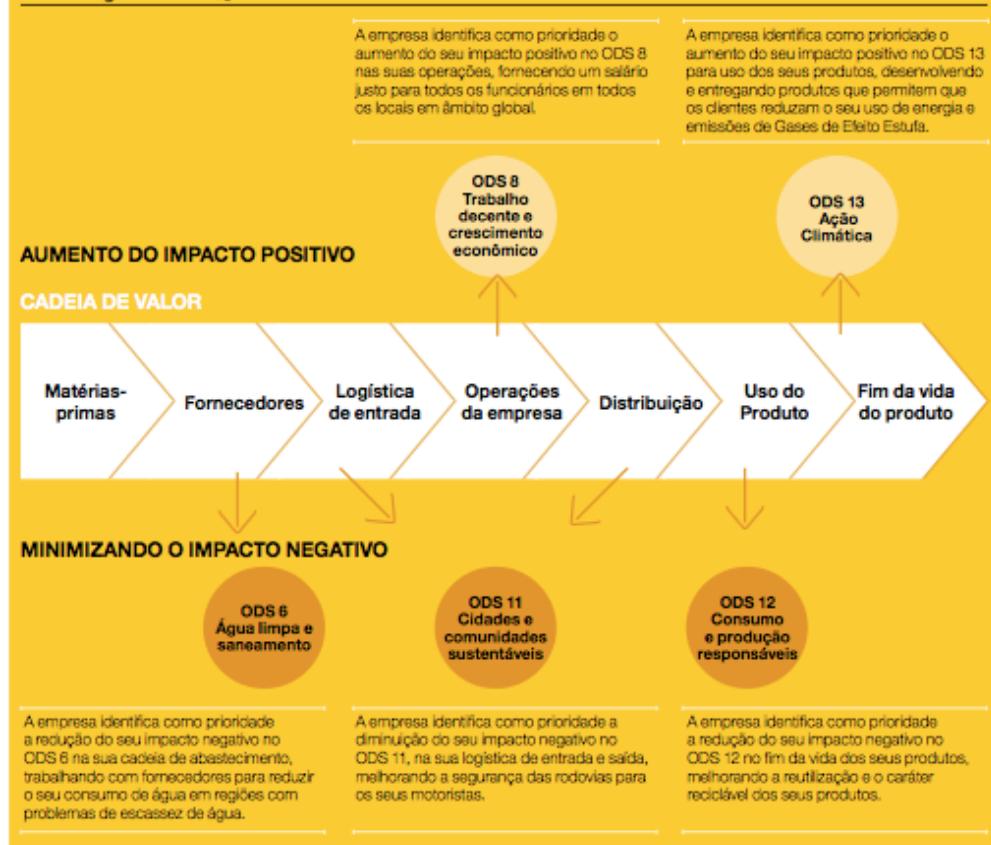
Os ODS são uma campanha global, e mobilizam atores dos diferentes segmentos para o cumprimento das metas até o ano de 2030. O engajamento do setor empresarial é um componente importante para que tais metas sejam alcançadas. Estas ações podem se dar não somente a partir de suas ações de responsabilidade social empresarial, mas também da análise da sustentabilidade de sua cadeia produtiva (tanto em relação a fornecedores quanto aos consumidores). Ações como a escolha de fornecedores que são certificados e comprometidos com metas como redução do consumo de fontes de energia fósseis, ou de fornecedores que utilizam madeira de reflorestamento são complementadas com uma maior responsabilidade da própria empresa com a ampliação da vida útil de seu produto ou com a destinação final de seu produto – além de todas as ações diretamente relacionáveis a seu processo produtivo, é claro.

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), em conjunto com a Rede Brasileira do Pacto Global e

a Global Report Initiative (GRI), vêm realizando treinamentos com dezenas de empresas brasileiras em diversos estados a fim de "maximizar sua contribuição aos ODS e minimizar os impactos negativos, orientando suas estratégias para criar negócios sustentáveis". Os workshops "ODS – Da teoria à prática: guia dos ODS para as empresas" já foram realizados em Niterói (RJ), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP), em 2016, e em 2017 estão previstas atividades em Belém (PA), São Luís (MA), Curitiba (PR) e Brasília (DF), alcançando todas as grandes regiões do país.

Os treinamentos apresentam as experiências de algumas empresas brasileiras na adoção dos ODS em sua estratégia de sustentabilidade e são norteadas por publicações do CEBDS em parceria com outras instituições (tanto empresas associadas ao CEBDS quanto fundações, como Konrad Adenauer), tais como o guia "Gestão Empresarial do Impacto Social" e o "Guia dos ODS para Empresas: diretrizes para Implementação dos ODS na estratégia de negócios"

Em ação: Mapeamento dos ODS contra a cadeia de valor



FONTE: GUIA DOS ODS PARA AS EMPRESAS (WWW.SDGCOMPASS.ORG), GRI, UN-GLOBAL COMPACT E WBCSD

O Guia SDG Compass (Guia dos ODS para empresas – Diretrizes para implementação dos ODS na estratégia de negócios) é uma publicação conjunta do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), do UN Global Compact (Pacto Global) e da Global Reporting Initiative

(GRI), e oferece recomendações ao setor empresarial no sentido de alinhar suas metas internas já estabelecidas aos ODS e de como mapear o impacto dos ODS ao longo da cadeia de valor, como forma de buscar a internalização dos ODS na estratégia de negócios das empresas.

SÃO PAULO





CAPÍTULO III

Um mundo que conta abordagens de mensuração



- *Coleta de dados local - desafios, métodos e fontes alternativas*
- *Dados de multidão (crowd-sourced data), dados produzidos por cidadãos*
- *Dados de percepção*
- *Dados participativos e qualitativos*
- *Big Data e inovação de dados*
- *Uso efetivo de dados existente*
- *Bases de dados metropolitanas*
- *UN-Habitat Índice de Prosperidade das Cidades*
- *Mapas de desigualdade de uma região metropolitana (exemplos de Rio / Casa Fluminense)*
- *Outras abordagens inovadoras de medição*
- *Monitoramento dos progressos dos ODS: Dados e Participação da Sociedade Civil*

3.1 COLETA DE DADOS

A coleta e uso de dados de qualidade serve como eixo fundamental da implementação dos ODS. Além do desafio de obter dados atuais, com boa qualidade e desagregados, é extremamente importante que estes dados estejam disponíveis a todos os setores da sociedade e que as desigualdades de capacidade de produção de dados entre os países, e mesmo no nível subnacional, sejam reduzidas. O chamado “ninguém fica para trás”, feito pela ONU, tem como princípio o aprimoramento da capacidade global de ter informações sobre a situação socioeconômica e ambiental de todo o planeta.

Este desafio se torna mais complexo nos últimos anos com o aumento exponencial na quantidade de dados produzida por pessoas cada vez mais conectadas e com dispositivos de identificação, mapeamento e telecomunicação que não reconhecem fronteiras e superam limites a todo momento. O desafio portanto passa a ser como aproveitar este desenvolvimento tecnológico

co e o potencial individual de colaboração dos cidadãos com o desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030.

Quando usados corretamente, os dados podem ajudar a definir prioridades governamentais, direcionar recursos e envolver a sociedade civil na tomada de decisões. A maneira por meio da qual os dados são apresentados também é muito importante, pois ajuda a definir as percepções e tomadas de decisão. É claro que, no caso do Brasil, a fim de monitorar com sucesso o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, consequentemente, adaptar as políticas públicas para sua execução, será necessário olhar para as fontes de dados para além do Censo Demográfico nacional.

O desenvolvimento de indicadores adequados à mensuração dos objetivos e metas propostos pela Agenda 2030 deve ser buscado pelos diferentes entes de governo envolvidos, sempre em diálogo com a

sociedade civil e o setor privado. Assim, o desafio da coleta de dados deve ser assumido por todos aqueles que estejam comprometidos com o processo. O engajamento cidadão, inclusive, é um diferencial para o cumprimento da agenda – tanto no sentido de fiscalização e monitoramento, quanto por conta do potencial que os cidadãos têm de fornecerem dados e informações para tornar possível este monitoramento. A confiança entre cidadãos, empresas e governos de que os dados gerados serão anonimizados e utilizados para finalidade específica, neste sentido,

é fundamental para a colaboração e o engajamento. O documento "A World That Counts"¹⁴, elaborado a pedido do Secretário Geral Ban Ki-moon trata da "revolução" possibilitada pelas novas tecnologias e pelo advento da sociedade informacional com vistas à promoção de um projeto global de desenvolvimento sustentável. O documento aponta a urgência da necessidade de se produzir dados com qualidade, em todos os países do mundo, para o avanço das políticas públicas e para se concretizar o objetivo de "não deixar ninguém para trás", lema da Agenda 2030.

“

Data are the lifeblood of decision-making and the raw material for accountability. Without high-quality data providing the right information on the right things at the right time; designing, monitoring, and evaluating effective policies becomes almost impossible¹⁵.

(IEAG-ONU, 2015, p. 2)

Formas alternativas de coleta de dados e produção de indicadores, principalmente por parte da sociedade civil (mas não somente), vêm ganhando visibilidade e reconhecimento. No Brasil, o atual contexto de crise econômica faz com que a criação de novas pesquisas com base em surveys, por exemplo, se torne proibitiva, tendo em vista o custo elevado deste tipo de pesquisa. A utilização de registros administrativos para criação de indicadores, por exemplo, tem crescido no período recente, e exemplos como o Índice de Progresso Social (IPS) utilizam estes bancos de dados amplamen-

te. Os registros administrativos (em grande parte) são fontes contínuas de dados, e não periódicas, o que possibilita uma análise mais apurada do fenômeno. O desafio da uniformidade (padronização, para comparação com outro município, por exemplo) e a identificação de possíveis vieses e pontos-cego do registro, no entanto, são duas de suas principais limitações.

Abaixo estão alguns exemplos de formas alternativas de coleta de dados que podem ser utilizados como parte de uma estratégia integrada para monitorar o progresso dos ODS:

14 ONU. Secretariado-Geral. IEAG (Independent Expert Advisory Group). *A World That Counts – Mobilising the Data Revolution for Sustainable Development*. New York, 2015. Disponível em <http://www.undatarevolution.org/>. Acesso em 10/02/2017.

15 Dados são a força vital e matéria-prima para o accountability. Sem dados de alta qualidade provendo a informação correta sobre as coisas certas no tempo certo, criar, monitorar e avaliar a efetividade de políticas públicas se torna quase impossível

REDES DA MARÉ – CENSO DA MARÉ

A ONG REDES DA MARÉ

O Projeto Censo Maré, realizado pela Redes da Maré em parceria com outras dezenas de instituições locais é um projeto de desenvolvimento territorial localizado no Complexo da Maré, que compreende 13 favelas na zona norte do município do Rio de Janeiro. O projeto realizou uma ampla pesquisa socioeconômica junto aos mais de 130 mil moradores, buscando informações como origem geográfica (grande parte dos moradores são migrantes de outros estados brasileiros e de outros países), composição das famílias, níveis de escolaridade e renda, e informações sobre condições de habitação da região, levantamento de doenças e taxas de mortalidade, práticas religiosas, culturais e de lazer. O projeto buscou ainda identificar os serviços públicos e as atividades econômicas disponíveis à população, bem como as situações de violência nas comunidades e seus impactos nas famílias e organização social do território. Algumas destas informações estão disponíveis no Censo Demográfico do IBGE, porém sem o nível de detalhamento que o projeto possibilita.

A partir deste levantamento, realizado com apoio do Observatório de Favelas, Petrobrás, Fundação Ford e colaboração técnica do Instituto Pereira Passos, da

Prefeitura do Rio de Janeiro, espera-se elaborar subsídios à formulação, execução e avaliação de um Projeto Integrado de Desenvolvimento Local (PIDL), de acordo com as características locais. De forma complementar, foi realizada uma cartografia da mesma região, tendo em vista a limitação do acesso a este tipo de informação sistematizada para as favelas da cidade. Este trabalho, que deu origem ao Guia de Ruas da Maré, também deve servir de subsídio ao poder público para que seja feito o reconhecimento dos logradouros e lhes sejam conferidos os Códigos de Endereçamento Postal (CEP), ampliando o acesso a serviços públicos e conferindo o mesmo estatuto jurídico das ruas na Maré ao restante das ruas da cidade.



Foto: Elisângela Leite

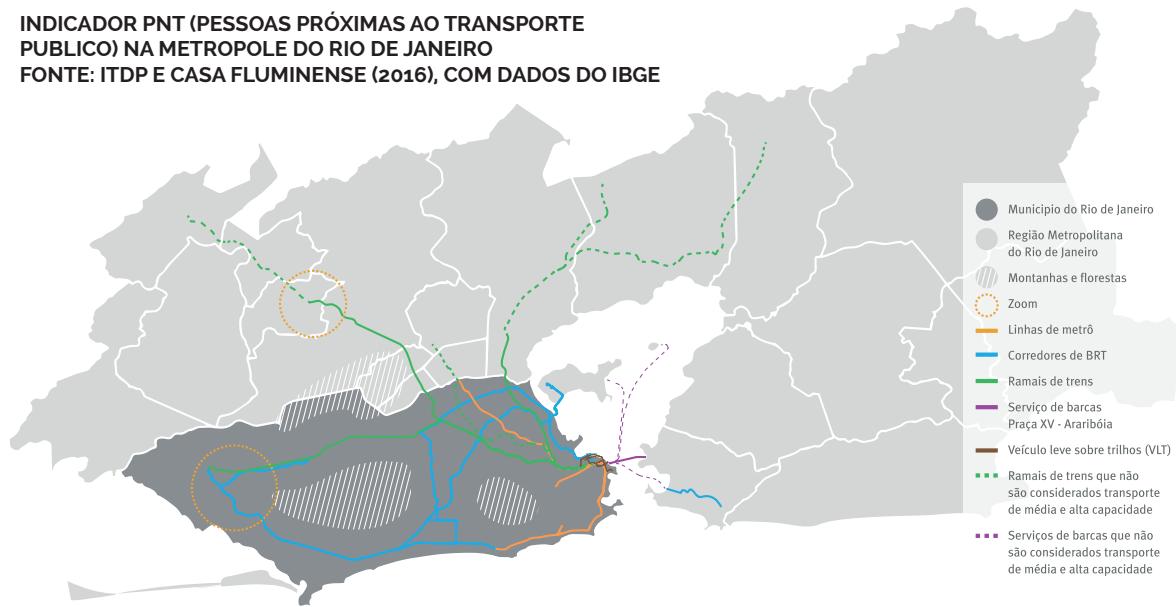
AGENTES CENSITÁRIO DO CENSO MARÉ

Enquanto o Governo Federal inicia o processo de formação de uma Comissão Nacional de Acompanhamento dos ODS (que será um dos espaços de discussão sobre os indicadores nacionais), a esfera local deve buscar suas próprias metodologias e metas de

acordo com sua realidade e seus desafios. Algumas iniciativas da sociedade civil vêm buscando elaborar indicadores que atendam às metas do ODS 11, como o People Near Transit (PNT) do Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento (ITDP)

ITDP E O INDICADOR DE PESSOAS PRÓXIMAS AO TRANSPORTE (PNT) NA RMRJ

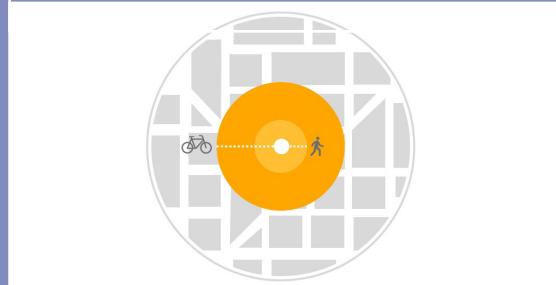
INDICADOR PNT (PESSOAS PRÓXIMAS AO TRANSPORTE PÚBLICO) NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO
FONTE: ITDP E CASA FLUMINENSE (2016), COM DADOS DO IBGE



- O Instituto de Desenvolvimento de Transporte (ITDP) do Brasil, filial nacional de uma ONG que trabalha para promover políticas de transporte sustentáveis em dezenas de países, criou um Índice de Pessoas Próximas ao Transporte para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O PNT é um indicador que calcula a porcentagem de pessoas que vivem na área de 1 km (de raio) das estações de transporte de capacidade média ou alta, dividido pela população total da cidade ou município. Ele usa dados populacionais do Censo e os dados de infraestrutura de transporte prestados pelas agências de transporte municipal e metropolitano ou seus concessionários, na RMRJ, para determinar a população metropolitana que vive no interior de um raio de 1 km de estações de trem, metrô e de corredores exclusivos de ônibus (Bus Rapid Transit – BRT).
- O mapa do PNT é projetado para demonstrar quais as áreas da RMRJ têm mais potencial para receber investimentos em habitação, emprego e várias instalações públicas e privadas. Todos os dias, cerca de 68% das pessoas que trabalham e vivem em outros municí-

pios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que não a capital, têm que se dirigir a ela, já que é no município do Rio de Janeiro que se concentram as oportunidades de emprego e renda.

O indicador é relevante para o **ODS 11**, em sua **meta 11.2**: até 2030, fornecer acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança rodoviária, notadamente através da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e dos idosos.



INDICADOR PNT CALCULADO PELO ITDP
FONTE: RIO METROPOLITANO, 2015

Outra iniciativa específica sobre desenvolvimento de indicadores voltados aos ODS vem sendo promovida pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) de Minas Gerais com o intuito de monitorar o direito humano

à água e ao esgotamento sanitário. O projeto parte de diretrizes do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e do *Joint Monitoring Programme*, ligado à Organização Mundial de Saúde (OMS) e à UNICEF:

INDICADORES DOS DIREITOS HUMANOS À ÁGUA E AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO (DHAES) NA AGENDA GLOBAL 2030 – FIOCRUZ-MG

A pesquisa visa desenvolver indicadores para avaliar e monitorar o cumprimento dos direitos humanos à água e ao saneamento básico e o alcance das metas do ODS 6 (Meta 6.1 – Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável segura e acessível para todos e 6.2 – Até 2030, conseguir o acesso ao esgotamento sanitário e à higiene adequada e equitativa para todos e extinguir a defecação a céu aberto, com especial atenção às necessidades das mulheres e meninas e grupos em situação de vulnerabilidade). O objetivo é construir indicadores e avaliar o cumprimento dos DHAES e das metas do ODS 6 nos 34 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os indicadores devem se orientar por diretrizes dos DHAES, como:

- *Disponibilidade; acessibilidade física e financeira; qualidade e segurança; aceitabilidade; privacidade e dignidade.*
- *Refletir a conteúdos transversais a todos os direitos humanos, como igualdade, não-discriminação, participação e transparência;*

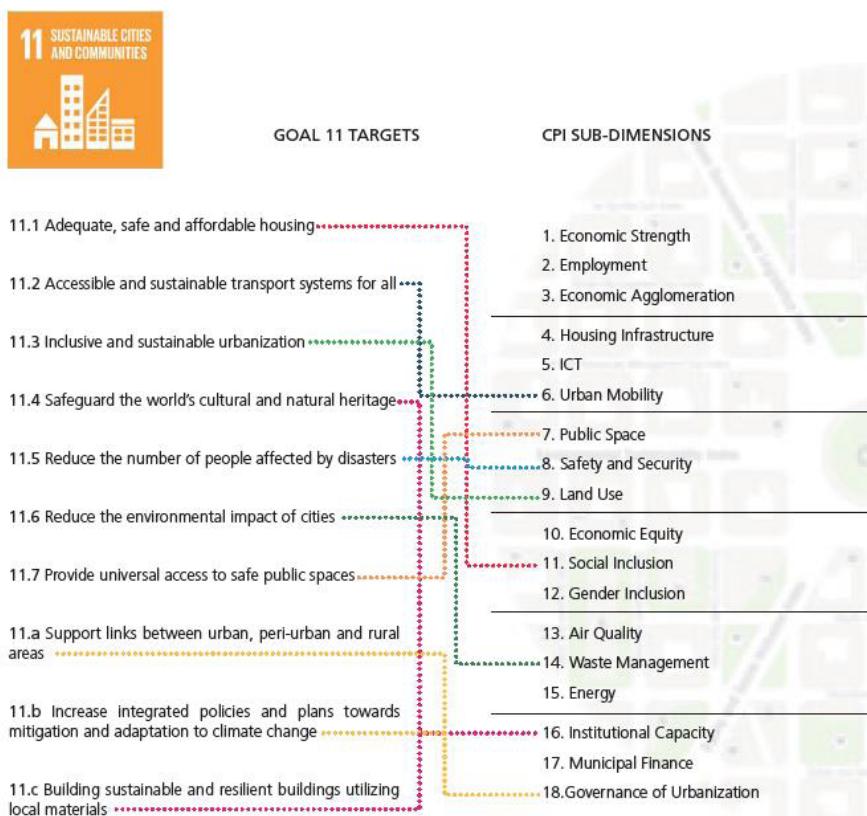
- *Ser desagregáveis por grupos populacionais vulneráveis;*
- *Permitir análise temporal (2 ou mais períodos de tempo);*
- *Pertencer a diferentes categorias, como estruturais (obrigações estatais de planejamento, como Planos de Saneamento), processuais e de resultados*

Atualmente estão sendo elaboradas "perguntas de interesse" e "indicadores-candidatos", considerando-se as diversas fontes de dados envolvidas, como Censo Demográfico, Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, DATASUS, entre outros. Após esta etapa será realizada uma etapa participativa, com rodas de consulta e grupos focais envolvendo agentes estatais (inclusive de gestão metropolitana), da sociedade civil e Universidades para validação ou adaptação dos indicadores propostos. Os resultados serão posteriormente debatidos e será estabelecido um grupo de monitoramento, e a expectativa é de que sigam acompanhando o desempenho dos municípios até 2030.

ÍNDICE DE PROSPERIDADE DAS CIDADES (CPI), ONU-HABITAT

O Índice de Prosperidade das Cidades (CPI, na sigla em inglês) é um indicador sintético criado pela ONU-Habitat para mensurar e comparar o desempenho de cidades ao redor do mundo com relação à distribuição de benefícios socioeconômicos e da busca pela prosperidade. Com ele, políticas públicas podem ser planejadas ou aprimoradas, tendo em vista a utilização de dados provenientes de diversas fontes.

GOAL 11 and The City Prosperity Initiative



Presente atualmente em mais de 4200 cidades do mundo, distribuídas em 46 países, o CPI reúne em um índice 32 indicadores (na versão básica), e apresenta um grande potencial para acompanhamento do ODS 11 nas cidades e regiões metropolitanas, por incorporar diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável e ser aplicável desde o nível local até o nível metropolitano, regional ou nacional.

O índice é construído a partir de dados reunidos em seis categorias:

- produtividade;
- desenvolvimento da infraestrutura;
- qualidade de vida;
- equidade e inclusão social;
- sustentabilidade ambiental;
- governança urbana e legislação;

Na Região Metropolitana de São Paulo, o índice foi calculado a partir dos dados referentes aos 39 municípios metropolitanos (que somam mais de 21 milhões de habitantes) e sistematizados pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (EMPLASA), em parceria com a ONU-Habitat.

A utilização de ferramentas de geoprocessamento e geolocalização para monitoramento de políticas públicas tem sido facilitada e popularizada nos últimos anos por conta de tecnologias gratuitas disponíveis online, além de softwares livres de geoprocessamento. Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) vêm sendo, assim, acoplados a diversas ou-

tras bases de dados, potencializando assim a precisão e mesmo a interpretação dos dados, que passam a ser territorializados. Algumas ferramentas de informação geográfica vêm sendo desenvolvidas pela sociedade civil para identificação de demandas e, mesmo, para influência (ou utilização direta) em políticas públicas, como segue:

USANDO DADOS GEOESPACIAIS PARA MONITORAR OS ODS: O USO DA FERRAMENTA TREMARCTOS DA CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL

- A Conservação Internacional Brasil, ONG internacional que atua na área ambiental e no desenvolvimento sustentável, desenvolveu uma ferramenta inovadora geoespacial, chamada Termarctos, que agrupa camadas de informação social e ambiental a uma base cartográfica, criando conjuntos de dados socioambientais. A ferramenta tem sido utilizada para o licenciamento e seleção de locais para investimentos em infraestrutura na Colômbia e no estado da Bahia. A avaliação ambiental é feita a partir da análise dos impactos ambientais e sociais de diferentes projetos de infraestrutura, projetados no software. No caso da RMRJ, a ferramenta tem potencial para coletar dados espaciais necessários para monitorar os indicadores dos ODS, utilizando dados da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), da mesma maneira que os dados do banco de dados metropolitanos serão desenvolvidos. A visão holística proporcionada pelo uso desta ferramenta pode melhorar as decisões políticas porque é capaz de levar em conta os impactos que os projetos de desenvolvimento podem ter na região, de maneira integrada.
- A ferramenta será relevante para os aspectos espaciais dos ODS, tais como as metas

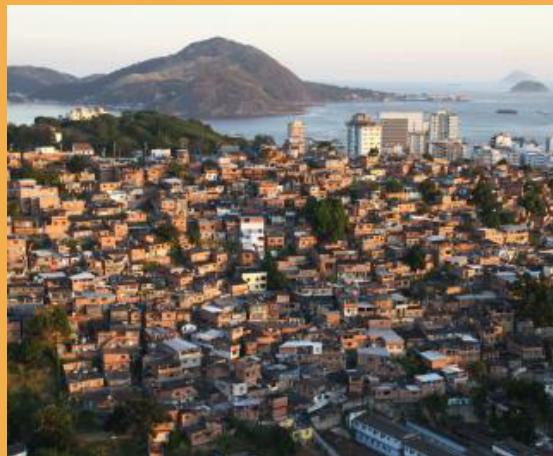
11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

APLICATIVO RISCO AMBIENTAL DA REDE SOLUÇÕES URBANAS:

DADOS SOBRE CONDIÇÃO HABITACIONAL EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM NITERÓI-RJ



- O aplicativo permite que os técnicos e cidadãos façam o monitoramento das condições de habitação, por meio de relatórios de campo sobre as condições observadas. O sistema é georreferenciado e alimenta um banco de dados on-line.
- A ferramenta é usada para avaliar a qualidade da habitação em assentamentos informais com base em critérios de análise de risco do assentamento. Habitações são classificados de acordo com o grau de precariedade, contribuindo assim para o planejamento de

projetos de intervenção prioritárias em assentamentos informais, ajudando a selecionar os projetos que têm o maior potencial para promover mudanças significativas em relação aos recursos disponíveis, em cenários onde o cumprimento integral não é possível.



Relevante para: **ODS 11, meta 11.1:** Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação e serviços básicos adequados, seguros e acessíveis, e urbanizar as favelas

Um dos principais projetos voltados à coleta de dados e produção de informação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro vem sendo desenvolvido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, com recursos do Banco Mundial, no contexto do projeto de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMRJ e da elaboração de instrumentos de gestão e governança metropolitana.

A proposta é criar sistemas que unifiquem bases de dados dos municípios (com registros administrativos, inclusive) e informações de concessionárias de serviços públicos (água, luz, gás e outros) para ampliar a capacidade de planejamento dos 21 municípios da RMRJ. Este tipo de base de informações comum fortalece a perspectiva de planejamento metropolitano e cooperação intermunicipal.

BASE CARTOGRÁFICA E SISTEMA DE INFORMAÇÕES METROPOLITANAS DA RMRJ

A RMRJ contou recentemente com o desenvolvimento de uma base de dados cartográfica completa das áreas urbanas dos 21 municípios que compõem a região metropolitana, e os novos mapas têm sido amplamente distribuídos para as administrações municipais e órgãos de planejamento do Estado.

- Os novos mapas podem ser usados para monitorar a densidade e a expansão urbana, além de acelerar a concessão de licenças para as concessionárias de serviços públicos e de ajudar significativamente no processo de elaboração de planos diretores de municípios

e no momento de tomada de decisões sobre alocação de recursos territorializados.

- A base cartográfica também pode ser utilizada para monitorizar ODS-chave usando dados de proxy. Por exemplo, nas informações do banco de dados já estão disponíveis todas as estradas urbanizadas e não-urbanizadas da RMRJ. Neste caso, pode-se supor que as estradas não-urbanizadas podem servir como uma variável proxy para a ausência de sistemas de saneamento adequado ou acesso confiável a coleta de resíduos sólidos.

Relevante para **ODS 11, meta 11.6:** Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros, além da meta **11.a:** apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES METROPOLITANAS DO RIO DE JANEIRO

Em paralelo à elaboração do Plano Metropolitano (Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI), a Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro está desenvolvendo, na escala metropolitana, um banco de dados georreferenciados com as seguintes características:

- *O sistema será usado pelos municípios metropolitanos e pela Câmara Metropolitana para monitorar os serviços públicos e indicadores na metrópole, apoiando o desenvolvimento e monitoramento de políticas públicas.*
- *As informações-chave consideradas importantes para a governança metropolitana serão incluídas no*

banco de dados, tais como dados sobre a mobilidade, infraestrutura, saneamento, áreas de risco, projetos de obras públicas, e os planos diretores de cada município, de acordo com as funções públicas de interesse comum definidas pela legislação estadual.

- *A informação será uniforme em todos os municípios da região metropolitana.*
- *Além de desenvolver o banco de dados e a base cartográfica, o projeto também possui um componente de formação/treinamento, a ser disponibilizado aos técnicos das 21 prefeituras da RMRJ, para que possam maximizar o uso das ferramentas.*

3.2 DADOS DE PERCEPÇÃO

Dados de percepção podem ser muito úteis como fonte de dados qualitativos, e podem apoiar a inclusão de experiências e prioridades de diferentes setores da sociedade nos processos de tomada de decisão. São ainda uma forma mais direta de aferição da repercussão que determinada ação está tendo sobre o público – afinal, nem toda política pública analisada como exitosa por especialistas é bem avaliada pela população, por exemplo. Além disso, pesquisas de percepção são capazes de aferir também a qualidade dos bens/serviços em questão, e não somente a quantidade (como a maior parte dos indicadores possibilita).

A Casa Fluminense, uma ONG local do Rio de Janeiro que promove a discussão sobre

o planejamento metropolitano participativo na RMRJ, realiza fóruns a cada quatro meses, com o objetivo de contribuir para o debate sobre políticas públicas na região metropolitana, dando visibilidade aos territórios e municípios raramente presentes nos meios de comunicação, além de buscar fortalecer as vozes dos cidadãos na tomada de decisões. A Casa Fluminense coleta dados de percepção nestes fóruns regionais, que incluem uma grande variedade de experiências de diferentes agentes envolvidos. Além destes fóruns, dados de percepção são levantados para identificar os locais prioritários para alocação de recursos para promoção do desenvolvimento, por meio de entrevistas com especialistas e consultas online.



FOTO: Mônica Parreira



FOTO: Mônica Parreira

PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA CONSTRUÇÃO DA AGENDA RIO 2017

Os resultados destes fóruns e consultas são publicados em uma Agenda de prioridades para a região metropolitana, que é amplamente distribuída aos políticos (principalmente vereadores e prefeitos)

com o objetivo de impactar a tomada de decisões e promover políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. O documento, chamado **Agenda Rio 2017¹⁶**, reuniu **56 propostas de políticas públi-**

¹⁶ Disponível em <http://agendario.org/>

cas em 12 eixos temáticos. Após esta sistematização, foi aberto um processo de consulta à rede de associados e parceiros da Casa Fluminense, que reúne cerca de **50 organizações da sociedade civil** da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no qual se definiu que o eixo prioritário para a atuação da Casa Fluminense seria “mobilidade sustentável”. O tema é apontado em diversas publicações como um dos maiores desafios da RMRJ, que possui o maior tempo médio de deslocamento casa-trabalho entre as metrópoles brasileiras¹⁷.

Ainda com respeito à produção de dados de percepção, com destaque àqueles produzidos pela sociedade civil, a iniciativa do DATA LABE¹⁸ se alinha a um movimento de fortalecimento da produção e utilização de dados pelos cidadãos, como forma de engajamento e monitoramento da Agenda 2030. Iniciativas internacionais como o DATASHIFT¹⁹, desenvolvido pela CIVICUS e pela Open Knowledge Foundation, têm promovido a discussão sobre como estabelecer canais de cooperação entre cidadãos, ONGs e outros com a finalidade de monitorar os ODS, em um contexto no qual não se pode aguardar passivamente o fortalecimento das agências nacionais de estatísticas – responsáveis oficialmente pelo monitoramento da Agenda 2030. Neste sentido, iniciativas cidadãs apresentam maior capacidade de fazer o monitoramento a partir “de baixo” (bottom-up), com visão mais específica dos desafios vividos pelos segmentos mais invisibilizados pelas políticas públicas, como a população das favelas, negra, de mulheres ou de deficientes físicos.

DATA LABE

O DATA LABE se define como “um laboratório permanente de dados na favela”, propondo que jovens de origem popular acessem, produzam e difundam informações, como forma de ampliar a leitura da realidade realizada pelos canais da mídia hegemônica. A proposta, surgida no ano de 2016, é “criar novas narrativas que permitam o desenvolvimento de comunidades plenas de direitos”. Trata-se de uma iniciativa da ONG Observatório de Favelas, em parceria com Escola de Dados, Coding Rights e DATA BASE/Rio de Janeiro, e em sua primeira fase desenvolveu 5 projetos:

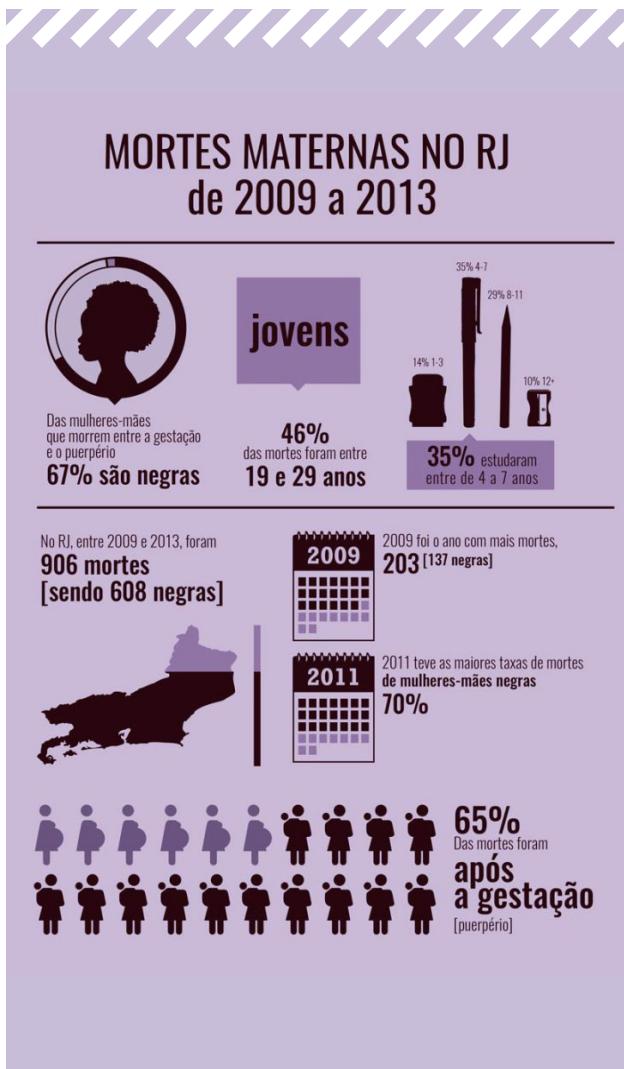
- monitoramento dos principais temas abordados por portais de notícias em comparação com o Twitter – como forma de mostrar a discrepância entre os temas mais comentados pelos usuários da rede social e aqueles temas tratados em dois dos grandes veículos de comunicação do Rio de Janeiro;
- um mapa das escolas da região das favelas do Complexo da Maré e Complexo do Alemão, em relação ao número (e desempenho) dos jovens do ensino médio que prestam o Exame Nacional do Ensino Médio (que dá acesso a uma série de universidades públicas do país);
- o terceiro busca conferir visibilidade a travestis e transexuais no Brasil, de maneira a mostrar que há poucas informações sobre esta população, seja em relação a empregabilidade ou mesmo às desigualdades e à discriminação de gênero de modo geral;

¹⁷ <http://datalabe.org/>

¹⁸ <http://datalabe.org/>

¹⁹ <http://civicus.org/thedatashift/>

- um quarto trabalho buscou traçar um perfil de "quem são as mulheres-mães que morrem no estado do Rio de Janeiro durante a gestação, o parto e o pós-parto", e apontando que aquelas que são jovens, negras e solteiras estão mais vulneráveis, a partir de dados do Ministério da Saúde;



- o quinto projeto desenvolvido se debruçou sobre a utilização que as empresas de ônibus fazem, na cidade do Rio de Janeiro, dos dados reunidos em seu sistema de cobrança eletrônica, mostrando a falta de transparência em relação não somente aos dados dos cidadãos mas também das próprias concessionárias do sistema de transporte público.

PRÊMIO

Em um projeto conjunto com a Casa Fluminense, o DATA LABE foi vencedor do prêmio internacional DataShift, conferido pela CIVICUS a iniciativas que promovam a geração (e utilização) de dados por cidadãos como forma de influenciar e monitorar políticas públicas.

O prêmio é referente a um projeto de monitoramento na área de saneamento, a ser realizado a partir de dados levantados diretamente por cidadãos por meio de aplicativos para celular, gerando uma plataforma digital e online de dados sobre as ofertas de serviços de água e esgoto, coleta e tratamento de lixo e drenagem, de forma a contrapor os dados oficiais (que geralmente apontam níveis elevados de cobertura de saneamento) aos dados gerados por aqueles que vivem o déficit de infraestrutura sanitária. Desta forma o projeto pretende colaborar para o alcance dos ODS 6 e 11, referentes ao acesso ao saneamento e à sustentabilidade urbana.

Relevante para **ODS 11, meta**

11.3: Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

3.3 OPÇÕES DE MONITORAMENTO

Além da coleta de dados de qualidade, existem vários fatores que são importantes para assegurar o acompanhamento adequado do progresso dos ODS. Esses fatores incluem a escala em que as questões são monitoradas, quem está envolvido no monitoramento, e qual a periodicidade deste monitoramento. No caso das regiões metropolitanas, é importante dispor de dados desagregados por município para identificar os melhores e piores desempenhos de oferta de serviços na região, e ao mesmo tempo, poder agrregar dados municipais na escala metropolitana, a fim de identificar tendências regionais e ter uma base de comparação com outras metrópoles.

BIG DATA E DADOS DE MULTIDÃO

Uma tendência mundial recente de inovação em coleta de dados é a utilização de Big Data para finalidades estatísticas. Há uma importante discussão internacional neste sentido, que vem mobilizando diversos especialistas em estatísticas nacionais para o debate sobre como estes novos conjuntos de dados podem ser usados para conhecer dinâmicas sociais²⁰.

A integração de diferentes bases de dados é um dos principais desafios a quem se debruça sobre este tipo de material, além de especificidades como seu grande volume e a necessidade de novos instrumentos matemáticos e estatísticos para lidar com grandes números. Dentro dos compromis-

sos referentes à Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, o conceito de "Big Data for Development" refere-se às utilizações possíveis de Big Data para políticas públicas e planejamento para o desenvolvimento. Algumas das características deste tipo de dados são:

- Digitalmente coletados (o dado já nasce em meio digital e é manipulado por meio de computadores);
- Passivamente produzidos (dados são produto da interação com serviços digitais);
- Automaticamente coletados;
- Geograficamente ou temporalmente rastreáveis;
- Analisados continuamente (potencial para análises em tempo real ou longitudinal);

PENSA-SALA DE IDEIAS E CENTRO DE OPERAÇÕES RIO (COR)

No município do Rio de Janeiro a Prefeitura criou em 2013 o "PENSA – sala de ideias"²¹, que funcionou com uma espécie de escritório de análise de dados, ligado à Casa Civil municipal. O projeto desenvolve diversas análises de Big Data para subsidiar o planejamento de ações do governo na cidade, como o esquema de transporte para festa de Reveillón (que se concentra na praia de Copacabana e reúne cerca de

²⁰ UNECE, What Does Big Data Mean for Official Statistics, 2013. <http://www1.unece.org/stat/platform/pages/viewpage.action?pagelid=77170614>. UN GLOBAL PULSE. Big Data for Development: a Primer. 2013. Disponível em www.unglobalpulse.org.

²¹ <http://pensa.rio>.

2 milhões de pessoas), ou o planejamento de tráfego durante as obras no Centro da cidade durante o período de preparação para os Jogos Olímpicos 2016. Além disso pesquisas foram realizadas para planejar a estratégia de combate à Dengue, por meio da análise da mancha epidemiológica a partir do georreferenciamento de todos os casos notificados em anos anteriores – resultando em ações de combate que reduziram em 98% o número de casos (de 130 mil em 2013 para 2700 em 2014).

O Centro de Operações da Prefeitura do Rio (COR) foi inaugurado em 2010 e reúne informações para o monitoramento em tem-

po real de tráfego, pontos de alagamento e outras emergências no município – por meio de sistemas como Alerta Rio (pluviometria), câmeras de monitoramento de tráfego e informações de concessionárias de serviços públicos, como luz e água. Com estas informações em mãos, os cerca de 30 órgãos públicos representados no COR podem realizar ações de emergência e colocar em prática planos de contingência. Além disso, parcerias com aplicativos como Waze e Moovit possibilitam que o poder público tenha acesso aos dados do APP em tempo real, podendo fornecer imediatamente aos usuários dos mesmos, informações sobre esquemas especiais de tráfego, por exemplo.

ESTUDO DE CASO

MAPA DA DESIGUALDADE CASA FLUMINENSE

Em um esforço para visualizar os dados e as desigualdades na RMRJ e tornar a informação facilmente acessível aos moradores da região, a Casa Fluminense trabalha para agregar, analisar e disseminar dados públicos e indicadores sobre as realidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Informações sobre as condições de vida, tais como a provisão de infraestrutura e oferta de serviços públicos são organizadas e georreferenciadas, des-

tacando os principais desafios da região metropolitana.

Esta informação é então organizada em mapas que comparam os indicadores entre os 21 municípios que compõem a região metropolitana. Os mapas, que destacam as desigualdades regionais, utilizam 21 indicadores sobre sete temas-chave do desenvolvimento, incluindo: mobilidade, mercado de trabalho, pobreza e renda, educação, se-

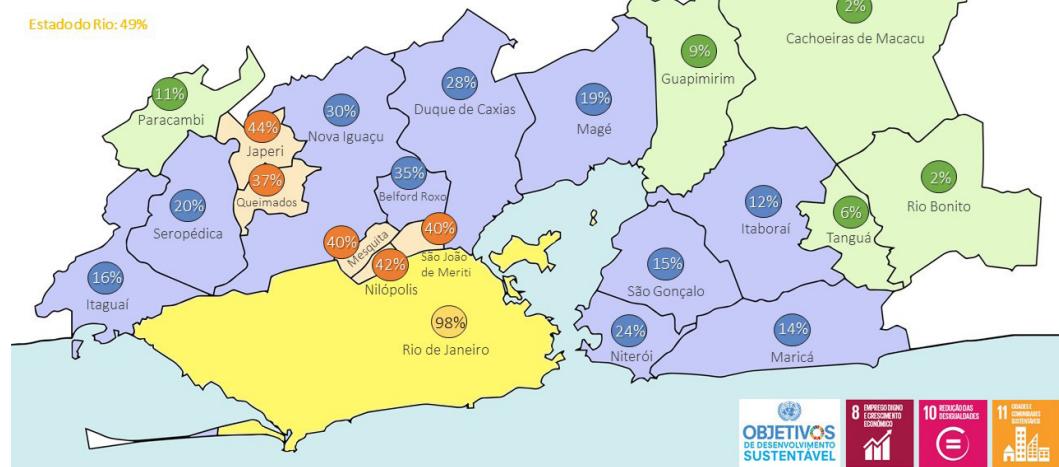
gurança pública e cidadania, saúde e saneamento. Os dados são atualizados de acordo com as úl-

timas publicações por fontes oficiais, incluindo o Censo nacional, além de registros administrativos.

Mobilidade Urbana

Pessoas que trabalham no município do Rio de Janeiro

Dados: CENSO/IBGE, 2010.



UM EXEMPLO DE MAPA DA DESIGUALDADE DA CASA FLUMINENSE, QUE MOSTRA PARA OS MUNICÍPIOS DA RMRJ, O PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE OCUPADA QUE TRABALHA NA CAPITAL E VOLTA PARA CASA DIARIAMENTE, SEGUNDO O CENSO 2010. ESTES MAPAS AJUDAM A VISUALIZAR O ESTADO ATUAL DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO, PARA MELHOR DIRECIONAR RECURSOS E INFLUENCIAR A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MAIS EFICAZES.

FONTE: CASA FLUMINENSE

Um dos propósitos da série de mapas é promover uma visão metropolitana de questões sociais e aumentar a compreensão dos contextos de cada município. A natureza visual dos mapas é especialmente eficaz em influenciar a compreensão do público sobre as questões-chave e as desigualdades regionais. Os mapas também servirão como uma ferramenta importante para disseminar o conhecimento sobre os progressos dos ODS na região, e já tiveram diversas utilizações:

- A Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro tem utilizado para ajudar a definir prioridades para a região e disseminar o conhecimento nas consultas públicas;
- Candidatos a prefeito nas eleições municipais de 2016, na RMRJ, utilizaram no desenvolvimento de suas propostas políticas; e
- Instituto Pereira Passos, instituição responsável pela produção de dados e que atua também como agência de planejamento urbano municipal da capital, utilizou alguns dos mapas nas discussões sobre o Índice de Prosperidade Social, IPS-Rio.

ESTUDO DE CASO

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO UMA REFERÊNCIA NACIONAL NO MONITORAMENTO DE DADOS

- A Fundação João Pinheiro é uma agência de ensino, pesquisa, produção e análise de dados ligada ao governo do estado de Minas Gerais, que reúne pesquisadores e oferece treinamento para funcionários públicos do estado. Ela também fornece suporte aos municípios mineiros no desenvolvimento de políticas públicas e planos diretores.
- A Fundação desempenhou um papel importante na implementação dos ODM no Brasil, e aponta que a preparação obrigatória de planos diretores municipais incentivou muitos pequenos municípios (com baixa capacidade de reunir a sua própria informação) a melhorar seu planejamento, e esta teria sido uma oportunidade para alinhar seus planos com os ODM.
- A Fundação tem desenvolvido um conjunto robusto de dados sobre cada município do estado de Minas Gerais, com base na agregação de registros administrativos informados pelos municípios. Esta plataforma de dados irá servir como uma fonte rica para monitoramento dos progressos dos ODS. Atualmente vem sendo realizado o alinhamento dos dados existentes com os indicadores dos ODS, a fim de identificar onde existem as maiores lacunas na coleta de dados.
- A Lei Estadual 12.040 / 1995, também conhecido como o Lei "Robin Hood", por conta de seu caráter redistributivo, tem sido um estímulo fundamental para a coleta de dados no nível municipal, no estado de Minas Gerais. A lei exige que os municípios enviem um relatório mensal sobre um conjunto de indicadores - que são utilizados para determinar a distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) pelo Governo do Estado para os municípios.

CAPÍTULO IV:

Dos dados à ação

*como os dados podem ajudar
a promover a cooperação
intermunicipal rumo a cidades
inclusivas, seguras, resilientes
e sustentáveis?*



Além de criar uma linha de base, de informar a sociedade sobre os principais desafios e de possibilitar a definição de prioridades comuns - direcionando recursos e influenciando decisões políticas - os dados também podem servir como um importante catalisador para a cooperação intermunicipal dentro das regiões metropolitanas.

A natureza intersetorial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável fornece a base para uma estratégia de desenvolvimento sustentável integrado que requer diálogo e ações coordenadas entre os diferentes setores, especialmente ao abordar questões urbanas complexas. Isso vai exigir dos municípios que trabalhem em conjunto, especialmente em questões-chave, como saneamento e habitação.

Quando os dados são analisados na escala metropolitana, os desafios do desenvolvimento de uma região são apresentados em conjunto e, consequentemente, os recursos, que são muitas vezes limitados, podem ser direcionados para áreas de maior necessidade e/ou maior impacto.

Os dados sobre os custos do serviço também podem ajudar a incentivar a partilha de serviços entre municípios, melhorando os níveis de oferta, identificando áreas em que a região pode se beneficiar de economias de escala. No caso do desenvolvimento de uma base de dados cartográfica robusta para a RMRJ, a nova visão territorial tem estimulado o diálogo intermunicipal, já que os municípios têm uma visão mais clara do que acontece não somente no seu território, mas também no município vizinho. A Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro também antecipa que o banco de dados metropolitano que está sendo desenvolvido na região irá incentivar o desenvolvimento de projetos e consórcios entre municípios.

Municípios pertencentes a uma mesma área metropolitana partilham desafios comuns e oportunidades, e as ações que são tomadas em um município podem afetar significativamente o resto da região. O desenvolvimento de **bases de dados** metropolitanos ajuda a informar o planejamento territorial eficiente, onde os desafios não são mais vistos como apenas municipais, mas sim coletivamente, em uma escala regional. Esta nova visão metropolitana traz grandes possibilidades de conduzir a uma cultura metropolitana que trabalha em cooperação em vez da competição. Municípios muitas vezes não têm a capacidade de lidar com os (grandes) desafios por conta própria, de modo que para que haja a promoção do desenvolvimento sustentável, será necessário olhar para modos de **formação de parcerias** e desenvolvimento de políticas e programas abrangentes no **nível regional, como consórcios, acordos, convênios** e ações em escala metropolitana coordenadas de maneira horizontal.

PRIORIDADES

A definição de prioridades metropolitanas é uma das etapas do processo de implementação da Agenda 2030 (pág. 35) e o processo de elaboração do PDUI no Rio de Janeiro já apontou alguns dos "objetivos metropolitanos" para diversas áreas temáticas, mas que ainda devem ser refinados para estabelecerem o foco das ações metropolitanas e do governo do estado para a metrópole (conferir box pág. 36), a partir dos compromissos e Objetivos da Agenda 2030.

4.1 INTEGRAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÃO PARA UMA METRÓPOLE INTEGRADA

Desde a aprovação do Estatuto da Metrópole, todas as regiões metropolitanas brasileiras devem elaborar seus Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs). Para que a gestão e a governança destas áreas siga a mesma orientação e promova a integração dos municípios nelas reunidos, a construção de um banco de dados metropolitano tem sido uma diretriz comum nos processos de elaboração dos PDUIs, como no caso do Rio de Janeiro (RMRJ) e de Salvador (RMS).

Em ambas as cidades, a proposta é que neste banco sejam reunidas as informações já produzidas por agências oficiais, como o IBGE, por exemplo, além daquelas provenientes de registros administrativos, que são uma fonte importante de dados. Os registros são continuamente produzidos por diversos órgãos do Estado e por prestadoras de serviços públicos, como nos casos do saneamento básico, água, luz e concessionárias de rodovias, por exemplo. A integração de diferentes bases de dados pode contribuir para que, inclusive, a forma de coleta dos dados seja aprimorada, reduzindo a informação redundante e buscando completar as lacunas existentes.

A retomada do planejamento em escala metropolitana no Brasil representa uma oportunidade para promover uma visão mais integrada do planejamento e reduzir o caráter altamente setorial das práticas atu-

ais, que reduz sua eficiência e efetividade. Exemplos como o do estado de São Paulo, que, por meio de sua agência estadual de estatísticas (Fundação SEADE) vem compilando um conjunto de mais de 400 bases de dados, provenientes de 25 secretarias e órgãos do Estado, a fim de gerar uma base única e aberta a todos os interessados (com diferentes níveis de sigilo, quando necessário). A implementação da agenda do desenvolvimento sustentável e da Nova Agenda Urbana passam pela integração de dados e dos diferentes setores da sociedade, como sociedade civil e Estado.

As universidades também possuem um papel de destaque neste ponto, principalmente quanto às discussões referentes a indicadores e às propostas de intervenção públicas que contemplem as metas dos ODS. É fato que, tradicionalmente, no Brasil, as universidades (e outras organizações da sociedade civil) possuem pouco espaço de trocas efetivas com o Estado, fazendo, muitas vezes, um acompanhamento a posteriori das ações públicas. Seja por falta de interesse (de ambos os lados), seja por uma dificuldade estrutural das universidades em se ver também como organizações da sociedade civil que podem e devem exercer seu papel cidadão. A Agenda 2030 em âmbito internacional vem sendo monitorada de diferentes formas com participação intensa das universidades, como nas experiências da SDSN ao redor do mundo²².

22 Como nos exemplos das redes SDSN em Baltimore e San Jose (EUA), Nova Delhi (Índia), Moscou (Rússia) e Santiago (Chile), nos quais universidades locais são a Secretaria-Executiva da rede.

PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO



SUBSCRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO E URBANISMO DE DUQUE DE CAXIAS APRESENTA LEVANTAMENTO DO USO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO PARA VICENTE LOUREIRO, DIRETOR EXECUTIVO DA CÂMARA METROPOLITANA (À DIREITA), DURANTE OFICINA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro o processo de planejamento metropolitano tem criado espaços de participação para a sociedade civil e representantes do poder público em diferentes sub-áreas da metrópole. Durante a primeira fase da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) da região, foram realizadas 7 oficinas abertas, sendo que 5 destas reuniram participantes de diferentes municípios da RMRJ, e duas foram de interesse geral, realizadas na capital. A proximidade territorial e os desafios em comum foram alguns dos critérios de agrupamento dos municípios para esta primeira etapa participativa.

As reuniões buscaram, assim, gerar o encontro entre atores da sociedade de diferentes municípios com contextos similares na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Deste modo, o debate gerou demandas e tratou de possibilidades de políticas específicas a cada um destes territórios.

*No caso de Nova Iguaçu (município conhecido como o "centro" da Baixada Fluminense), o **Transporte e a Mobilidade** foram destaque nos debates, enquanto em Duque de Caxias (encontro no qual estavam representados os municípios situados ao longo do Arco Metropolitano), o **Desenvolvimento Econômico** foi o tema mais trabalhado, por exemplo. O desafio que surge, assim, para se conseguir maior efetividade do processo de participação, está exatamente na dimensão do monitoramento e do controle social da gestão e governança metropolitana nos próximos anos.*



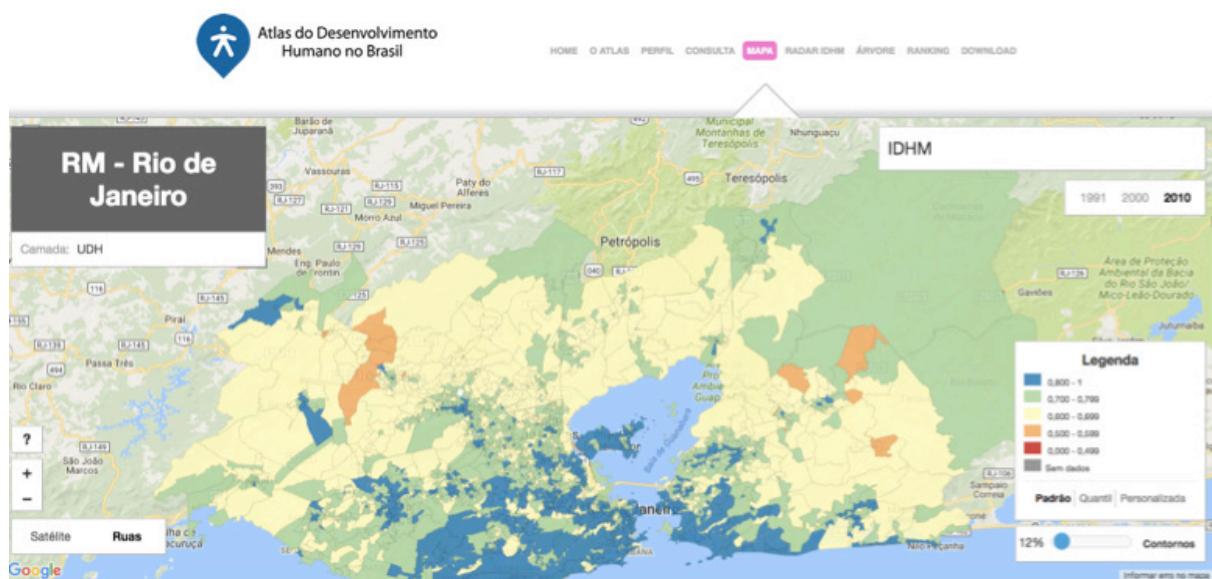
DEBATE SOBRE PRIORIDADE EM MOBILIDADE URBANA DURANTE OFICINA REGIONAL EM NOVA IGUAÇU

Os exemplos a seguir apresentam um conjunto de iniciativas que promovem a cooperação metropolitana e reafirmam o papel fundamental dos dados para a cooperação intermuni-

pal e o monitoramento de políticas públicas em regiões metropolitanas, envolvendo diferentes níveis de governo, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.

ESTUDO DE CASO

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO EM REGIÕES METROPOLITANAS IPEA/PNUD/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO



UNIDADES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO POR IDHM.
FONTE: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. DISPONÍVEL EM ATLASBRASIL.ORG.BR/MAPA.

O projeto reúne informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos 5565 municípios brasileiros, das 27 unidades da federação e de 20 regiões metropolitanas, com dados disponíveis no nível intramunicipal nesta

última unidade de análise. Para isso foram criadas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), que se assemelham a bairros, mas são formadas a partir da homogeneidade territorial e de dados (provenientes do Censo Demográfico do IBGE).

O Atlas traz, além do IDHM, indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, e permite que sejam feitos mapas temáticos e comparações entre municípios, regiões metropolitanas, estados e UDH's (que são intramunicipais, nas regiões metropolitanas). Trata-se de uma poderosa ferramenta de planejamento e **visualização de dados**, limitada apenas pela base de dados do Censo, que só é atualizada a cada 10 anos – por isso os dados são referentes aos anos de 1990, 2000 e 2010.

Em um contexto global de combate às desigualdades sociais em nome de uma agenda de desenvolvimento sustentável, o Atlas

representa um instrumento fundamental para o planejamento de ações por parte do Estado, uma vez que com a série histórica disponível, pode-se conhecer as tendências de evolução de indicadores a partir do território metropolitano. Trata-se de uma abordagem inovadora, e que deve se tornar cada vez mais uma tendência para se pensar o fenômeno urbano nas grandes cidades. Além disso, o Atlas possui uma interface bastante simples, que o transforma em uma base de dados muito útil para consultas escolares, acadêmicas e para jornalistas, por exemplo, uma vez que podem ser produzidos diversos mapas temáticos, nos quais as desigualdades inter e intrametropolitanas são evidenciadas.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

- Desagregação de dados ao nível intramunicipal
- Multidimensionalidade
- Redução do peso da variável renda (tanto no IDHM quanto no IPS, que não utiliza a variável)
- Fácil utilização pelo usuário
- Fornece indicador sintético, que pode ser base para políticas públicas (fácil avaliação de desempenho dos municípios, p. ex.)

ESTUDO DE CASO

CIOESTE NA ÁREA METROPOLITANA DE SÃO PAULO COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL



2 DE ABRIL DE 2015

FONTE: [HTTP://WWW.JORNALDAGENTE.COM.BR/EM-REUNIAO-DO-CIOESTE-IGOR-SOARES-PROPOE-CONSTRUCAO-DE-HOSPITAL-REGIONAL/](http://WWW.JORNALDAGENTE.COM.BR/EM-REUNIAO-DO-CIOESTE-IGOR-SOARES-PROPOE-CONSTRUCAO-DE-HOSPITAL-REGIONAL/)

O Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (CIOESTE) é um consórcio composto por oito municípios na região Oeste da Região Metropolitana de São Paulo foi criado em 2013, para promover os interesses econômicos da região. Inclui as seguintes características:

- Os oito municípios juntos têm mais de dois milhões de habitantes, e a região representa 2,6% do PIB nacional
 - CIOESTE atua como agência de desenvolvimento regional, com a missão de “apoiar, organizar e mensurar projetos e iniciativas para o desenvolvimento sustentável da região”

- A estrutura do consórcio inclui uma plataforma para a participação do setor privado em projetos

O acordo foi bem sucedido devido a vários fatores, incluindo substancial fomento dos oito governos municipais, juntamente com uma visão comum forte para o desenvolvimento econômico na região.

- Os projetos recentes incluem um inventário de emissões de gases de efeito estufa,
- o desenvolvimento de um índice de vulnerabilidade,
- um projeto de redução do consumo de água
- um plano regional de mobilidade.

O CIOESTE também pilotou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Metropolitanas (SIM) em colaboração com a EMPLASA, agência estadual de planejamento metropolitano de São Paulo. O SIM está sendo desenvolvido para apoiar a PDUI de São Paulo (Plano Metropolitano Integrado). Como parte deste projeto piloto²³, o CIOESTE realizou diversos eventos e campanhas sobre a importância da participação de cada município

no SIM, bem como atividades de capacitação de 40 administradores públicos da região.

O banco de dados que foi criado com base na agregação de dados municipais está sendo usado como base para o desenvolvimento de projetos na região e a base de dados tem ajudado com a articulação entre os municípios e nas interações da região com o Governo do Estado, o Governo Federal e organizações internacionais.

Em uma recente conferência do CIOESTE, Oswaldo dos Santos Luccon, técnico da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) reconheceu que uma plataforma de dados metropolitanas, construídas a partir da agregação de diferentes bases vem sendo útil para o planejamento de ações metropolitanas:

“Nós aprendemos a importância das iniciativas de baixo para cima, a importância das medições, não só através de dados agregados, mas também por meio de uma abordagem desagregada por setores, subsetores, atividades e estabelecimento de indicadores de desempenho, que devem ser utilizados para determinar nossas iniciativas futuras”²⁴.

23 A EMPLASA planeja expandir o projeto piloto para outras regiões da região metropolitana de São Paulo à medida em que for desenvolvido o Plano Metropolitano

24 LEDS Global Partnership, “LEDS GP Video: Technical Assistance on Energy Standards in Brazil.” 19 of October, 2016. http://ledsgp.org/2016/10/cioeste-interview-video-energy-emissions/?loclang=en_gb

Em busca do fortalecimento da cooperação intergovernamental, não apenas no nível metropolitano, mas também regional, o estado de Minas Gerais vem realizando ações que promovem o alinhamento entre a política de desenvolvimento sustentável do estado com a Agenda 2030 da ONU. O legado dos ODM foi importante, pois ações do governo do estado já vinham sendo pautadas pelo desempenho dos municípios em relação aos indicadores do Milênio.

LOCALIZAÇÃO DOS ODS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Governo do Estado de Minas Gerais vem realizando a compatibilização de suas ações com os ODS a partir da coordenação da Secretaria Estadual de

Planejamento. A harmonização dos instrumentos governamentais de planejamento vem sendo feita com a consultoria do Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Centro Rio+), ligado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este projeto faz parte de uma estratégia do Governo de Minas Gerais para “internacionalizar” o estado, e tem o apoio da Assessoria de Relações Internacionais do Governo do Estado. A partir da experiência participativa dos fóruns existentes em cada um dos 17 territórios de desenvolvimento do estado, diversos setores da sociedade discutem os rumos do planejamento local, e os ODS devem servir futuramente como instrumento de definição de metas e indicadores, relacionando a discussão local/regional a compromissos globais.



O monitoramento das metas dos ODS será realizado a partir dos indicadores nacionais da Agenda 2030, que ainda não foram disponibilizados, mas a Secretaria de Planejamento vem localizando os ODS no Plano Plurianual – principal instrumento de planejamento no nível estadual. O legado dos ODM é importante neste sentido, pois no período 2000-2015 muitas ações do governo foram assim orientadas. Desta forma, há três componentes principais do projeto atual de compatibilização com os ODS:

- Avaliação crítica dos instrumentos de planejamento (Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual), e propostas para eventual adequação à Agenda 2030;
- Capacitação dos servidores e proposição de metodologia de acompanhamento dos indicadores (quando definidos no nível nacional); consultoria de monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- Elaboração e disseminação de um “Manual de Planejamento Integrado Mineiro para o Desenvolvimento Sustentável”.

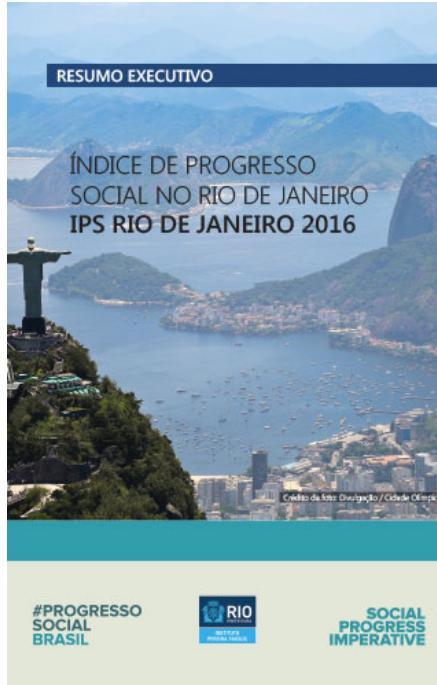
INSTITUTO PEREIRAPASSOS/PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E O ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL (IPS-RIO)

No município do Rio de Janeiro a instituição responsável pela produção de dados e indicadores locais é o Instituto Pereira Passos, uma autarquia ligada à Casa Civil da Prefeitura que realiza estudos e pesquisas com finalidade estatística e de aprimoramento de políticas públicas. O IPP tem desenvolvido diversos indicadores de qualidade de vida, além de ser o responsável pela elaboração de todo levantamento cartográfico da cidade. Por meio de ferramentas de geoprocessamento, alguns sis-

temas foram desenvolvidos para consulta de informações online sobre bairros e favelas da cidade, como o SABREN, o SIURB ou mesmo o Armazém de Dados – onde diversos dados sobre situações de vida na cidade são disponibilizados por meio do portal na internet. Este esforço de ampliação do conhecimento sobre a realidade do município, a partir de um trabalho sistemático e rigoroso da equipe do Instituto, tem possibilitado que o IPP venha participando junto com o IBGE e outros órgãos federais, como o Ministério das Cidades, de discussões sobre indicadores referentes ao ODS 11, por exemplo.

IPS-RIO, COM 36 INDICADORES:

Um dos recentes projetos que o IPP desenvolveu a partir da parceria com a Social Progress Imperative e a Fundación Avina, e que apresenta grande potencial de articulação com os indicadores dos ODS (indo além do ODS 11, portanto) é o Índice de Progresso Social (IPS-Rio), que busca complexificar a abordagem sobre condições de vida e desigualdades analisando diretamente dados sociais e ambientais de resultado, e não somente de desempenho, como os indicadores econômicos. O Índice se estrutura em três eixos: **Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-Estar e Oportunidades**, sintetizando um conjunto de 36 indicadores, que está disponível de maneira desagregada para trinta e duas Regiões Administrativas da cidade. Os próximos passos envolvem a compatibilização de instrumentos de planejamento municipal (como o Plano Estratégico 2017-2020) com os indicadores do IPS, como forma de orientar e focalizar os investimentos públicos às diferentes regiões da cidade com base no desempenho destes indicadores.



CAPA DO IPS RIO DE JANEIRO 2016



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Metrópoles são sinônimos de conectividade, de multiplicidade de espaços e heterotopias, mas também, infelizmente, de desigualdades. A Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são uma plataforma global para se repensar a ideia e as políticas de desenvolvimento sustentável. Estas, agora, devem estar voltadas ao tripé formado pela economia, sociedade e meio ambiente, e ter a redução das desigualdades como princípio.

O chamado “ninguém fica para trás” feito pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon estimula esta busca, e a centralidade da produção de dados desagregados tanto no sentido geográfico (a partir das menores unidades territoriais possíveis), quanto por gênero, raça e outros marcadores sociais da diferença, busca chamar atenção aos diferentes tipos de desigualdade aos quais populações estão sujeitas. Desta forma, a complexidade metropolitana deve ser entendida como um mosaico de situações sociais, comprehensível apenas a partir de uma visão integrada e aproximada.

Os desafios de implementação da Agenda 2030 não se restringem, assim, a ações governamentais (ainda que os governos tenham se comprometido com o processo junto à ONU). O papel do Estado, neste caso é o de liderar o processo e ampliá-lo para a participação da sociedade civil, empresas e universidades, entre outras instituições sociais, além dos cidadãos diretamente. Dentro da questão metropolitana, de maneira

específica, os ODS são uma oportunidade para destacar que as grandes cidades brasileiras (se considerarmos aquelas acima de 1 milhão de habitantes) são todas centros de regiões metropolitanas ou estão na periferia de centros metropolitanos ainda maiores²⁵. Isto leva imediatamente a considerar que faz pouco sentido tratar fenômenos como moradia e urbanismo, transporte, resiliência e integração rural-urbano se não for a partir de uma perspectiva metropolitana e integrada.

No Brasil, e no Rio de Janeiro, como “estado mais metropolitano” do país, vive-se a retomada do planejamento em escala metropolitana, principalmente por conta do Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13089/2015), que determina a obrigatoriedade de criação de instrumentos e mecanismos de gestão e governança metropolitanos. Os protagonistas deste processo, no entanto, devem ser os governos locais, unidos em torno de propósitos e interesses comuns. O intercâmbio de conhecimento e o compartilhamento de informações é o que possibilita a realização de projetos conjuntos e, a partir deles, a captação de recursos, seja junto ao governo federal, estadual ou a agências internacionais.

A implementação local dos ODS é um processo, e ainda está em fase preliminar. Apesar do conjunto oficial de indicadores dos ODS ter sido aprovado internacionalmente, os planos de ação para sua implementação ainda estão em processo de

25 Das 17 cidades acima de 1 milhão de habitantes no país, 15 são centros metropolitanos e 2 estão na periferia metropolitana, como Guarulhos-SP e São Gonçalo-RJ.

desenvolvimento no níveis nacional e sub-nacionais (o Brasil ainda não adotou seus indicadores oficiais de monitoramento). De todo modo, estão sendo tomadas impor-

tantes medidas no Brasil, em nível sub-nacional, que podem servir de lição para outros países e regiões que iniciam o processo de localização da Agenda 2030:

DESAFIOS, OPORTUNIDADES E RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS URBANOS EM METRÓPOLES BRASILEIRAS



RESULTADOS ALCANÇADOS

- *Processo de participação social no planejamento metropolitano (Estatuto da Cidade e Estatuto da Metrópole)*
- *Parcerias intersetoriais e intergovernamentais*
- *Produção de dados alternativos complementares*
- *Mobilização da sociedade civil para a Agenda 2030*
- *Histórico positivo dos ODM*



DESAFIOS

- *Produção de dados desagregados por raça, gênero, e outros marcadores sociais*
- *Integração de dados e alinhamento da produção de informação à Agenda 2030*
- *Planejamento de políticas com base nos dados e na participação social*
- *Baixo grau de iniciativa do poder local nas periferias metropolitanas*
- *Incipiente processo de cooperação intermunicipal*



OPORTUNIDADES

- *Uso de dados gerados por cidadãos*
- *Sensibilização do terceiro setor e academia sobre os ODS, para utilizar trabalho e dados já existentes*
- *Trabalho mais eficiente e efetivo – economias de escala em regiões metropolitanas.*

Muitos atores-chave, especialmente na sociedade civil, ainda não estão bem informados sobre a Agenda 2030 e os ODS. Redes, campanhas de informação, eventos e seminários no Brasil estão trabalhando para enfrentar esse desafio.

Embora a coleta de dados para o monitoramento dos ODS continue a ser um desafio, **existe uma grande variedade de mecanismos alternativos de coleta e monitoramento de dados.** Estes incluem dados gerados pelos cidadãos, dados de percepção, ferramentas de análise geoespacial, bases de dados cartográficos e registros administrativos.

A acessibilidade e visualização de dados são importantes como um conjunto de informações, e possue grande capacidade de influenciar políticas públicas. Ferramentas de visualização simples, como os mapas de desigualdade metropolitana da Casa Fluminense, podem ter efeitos significativos no processo de tomada de decisão baseado em evidências, sensibilizando a opinião pública e gestores para problemas sociais a partir de uma perspectiva territorial.

A integração dos ODS com instrumentos de planejamento existentes e futuros, como planos diretores municipais, planos

metropolitanos integrados e planos estaduais estratégicos, possibilitam institucionalizar e localizar as metas estabelecidas na agenda ODS. Desta forma, o monitoramento dos planos também ajudará a monitorar o progresso alcançado nos ODS. A sociedade civil desempenha um papel importante na **pressão sobre governos locais para implementar metas.**

A oportunidade apresentada pela Agenda 2030 para promover o **diálogo intersetorial e transversal** é única, e deve ser aproveitada. O desenvolvimento de parcerias é fundamental para a realização da Agenda 2030. No caso da implementação dos ODS na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, serão essenciais **parcerias entre a sociedade civil e o meio acadêmico para acompanhar os avanços da Agenda 2030** a fim de que seja garantida a transparência e sua efetiva implementação.

Em momentos de crise, como o contexto atual do país, a cooperação deve ser sempre buscada, seja com a sociedade civil, empresas, entes federativos ou organismos internacionais. A Agenda 2030 é uma porta de entrada para mostrar que os objetivos locais se relacionam com metas e com a agenda internacional. A ideia de "pensar globalmente e agir localmente" nunca fez tanto sentido.



LISTA DE EXPERIÊNCIAS E CASOS ANALISADOS

- 21** Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro
- 22** Implementação e Localização dos ODS no estado de São Paulo
- 23** Estrutura de Governança da Região Metropolitana de São Paulo
- 34** Projeto Solutions Initiative – SDSN Brasil/GIZ/Casa Fluminense
- 36** Mestrado Profissional em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro (UFRRJ)
- 38** Workshop Monitoramento Local e Regional dos ODS Urbanos no Brasil
- 39** Programa Cidades Sustentáveis
- 40** CEBDS – Ações do Setor Empresarial
- 45** Redes da Maré – Censo da Maré
- 46** ITDP e o indicador de Pessoas Próximas ao Transporte (PNT) na RMRJ
- 47** Indicadores dos Direitos Humanos à Água e ao Esgotamento Sanitário na Agenda Global 2030 – FIOCRUZ-MG
- 48** Índice de Prosperidade das Cidades – ONU-Habitat
- 49** Usando dados geoespaciais para monitorar os ODS: o uso da ferramenta Tremarcts da Conservação Internacional – Brasil
- 50** Aplicativo Risco Ambiental da Rede Soluções Urbanas
- 51** Base cartográfica e Sistema de Informações Metropolitanas da RMRJ
- 54** DATA LABE – Observatório de Favelas
- 56** PENSA- Sala de Ideias e Centro de Operações Rio
- 57** Mapa da Desigualdade – Casa Fluminense
- 59** Fundação João Pinheiro
- 64** Atlas do Desenvolvimento Humano em Regiões Metropolitanas – IPEA/ PNUD/Fundação João Pinheiro
- 66** CIOESTE na Região Metropolitana de São Paulo – Cooperação Intermunicipal
- 68** Localização dos ODS no estado de Minas Gerais
- 69** IPP-Rio e o Índice de Progresso Social

